



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

PRISCILLA CRISTINA DE CARVALHO PEIXOTO

**O PAPEL DA ANÁFORA ASSOCIATIVA NO GÊNERO
REPORTAGEM JORNALÍSTICA E A CONSTRUÇÃO DO
SEU SENTIDO**

João Pessoa

2011

PRISCILLA CRISTINA DE CARVALHO PEIXOTO

**O PAPEL DA ANÁFORA ASSOCIATIVA NO GÊNERO
REPORTAGEM JORNALÍSTICA E A CONSTRUÇÃO DO
SEU SENTIDO**

Dissertação apresentada ao programa de
Pós-Graduação em Linguística
(PROLING) da Universidade Federal da
Paraíba como requisito parcial para a
obtenção do título de mestre em
Linguística.

ORIENTADOR: Dr. Jan Edson Rodrigues Leite

João Pessoa

2011

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

P379p Peixoto, Priscilla Cristina de Carvalho.

O papel da anáfora associativa no gênero reportagem jornalística e a construção do seu sentido / Priscilla Cristina de Carvalho Peixoto. - João Pessoa, 2011.
100 f. : il.

Orientação: Jan Edson Rodrigues Leite.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

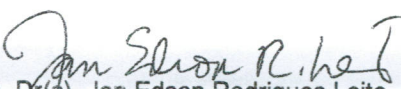
1. Linguística. 2. Linguística Cognitiva. 3. Anáfora associativa - construção de sentido. 4. Modelos Cognitivos Idealizados. 5. Processos de categorização.
I. Leite, Jan Edson Rodrigues. II. Título.

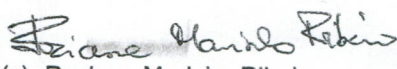
UFPB/BC



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE
PRISCILLA CRISTINA DE CARVALHO PEIXOTO

Aos vinte e sete dias do mês de maio de dois mil e onze (27/05/2011), às dezenove horas, realizou-se na Sala VALPB, a sessão pública de defesa de Dissertação intitulada "O papel da anáfora associativa no gênero reportagem jornalística e a construção do seu sentido", apresentada pelo(a) mestrando(a) **PRISCILLA CRISTINA DE CARVALHO PEIXOTO**, Licenciado(a) em Letras pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, que concluiu os créditos para obtenção do título de MESTRE EM LINGÜÍSTICA, área de concentração **Teoria e Análise Linguística**, segundo encaminhamento da Profa. Dra. Regina Celi Mendes Pereira da Silva, Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFPB e segundo registros constantes nos arquivos da Secretaria da Coordenação do Programa. O(A) Prof(a). Dr(a). Jan Edson Rodrigues Leite (PROLING - UFPB), na qualidade de orientador(a), presidiu a Banca Examinadora da qual fizeram parte os(a)s Professores(as) Doutores(as) Roziane Marinho Ribeiro (Examinadora - UFCG) e Maria Elizabeth Affonso Christiano (Examinadora-PROLING/UFPB). Dando início aos trabalhos, o(a) senhor(a) Presidente Prof(a). Dr(a). Jan Edson Rodrigues Leite convidou os membros da Banca Examinadora para compor a mesa. Em seguida, foi concedida a palavra ao(à) Mestrando(a) para apresentar uma síntese de sua Dissertação, após o que foi arguida pelos membros da banca Examinadora. Encerrando os trabalhos de arguição os examinadores deram o parecer final sobre a Dissertação, à qual foi atribuído o conceito APROVADO. Proclamados os resultados pelo(a) professor(a) Dr(a). Jan Edson Rodrigues Leite, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar a presente ata foi lavrada e assinada por todos os membros da Banca Examinadora. João Pessoa, 27 de maio de 2011.


Prof(a). Dr(a). Jan Edson Rodrigues Leite
(Presidente da Banca Examinadora)


Prof(a). Dr(a). Roziane Marinho Ribeiro
(Examinadora)


Prof(a). Dr(a). Maria Elizabeth Affonso
Christiano
(Examinadora)

*Ao SENHOR dos exércitos... nunca
me deixes esquecer que tudo que
tenho, tudo que sou e o que eu vier
a ser vem de ti, Senhor.*

AGRADEÇO:

Ao meu Deus, pela força descomunal.

À minha mãe, Shirley, maior educadora que conheço, exemplo de sabedoria, competência e caráter por ter me dado como herança o dom da docência. Pelo empenho e dedicação em todo meu processo de formação intelectual e pessoal.

Ao meu pai, Claudio, homem íntegro, por seus infinitos ensinamentos e por ter segurado as minhas mãos me dando apoio, fazendo com que eu me tornasse um ser perseverante ante os percalços da vida.

Ao meu irmão, Vithor, por seu companheirismo e amizade que alegra minha vida a cada dia compartilhando comigo sorrisos sinceros.

A todos que me deram suporte direta ou indiretamente no percurso desta jornada, meus sinceros agradecimentos.

AGRADECIMENTO ESPECIAL:

Ao meu orientador

Profº Dr. Jan Edson Rodrigues Leite

Reservo este espaço àquele que diretamente envolvido neste processo me acolheu como sua orientanda acreditando na minha capacidade, depositando em mim a confiança do bom desenvolvimento deste trabalho. Ao que com maestria exerce sua função e mediador de tudo que aqui foi concretizado, agradeço por ter me norteado com toda inteligência e competência, doutor solidário a quem presto minha mais alta admiração, muito obrigada!

Toda palavra tem sempre um mais além, sustenta muitas funções, envolve muitos sentidos. Atrás do que diz um discurso, há o que ele quer dizer e, atrás do que quer dizer, há ainda um outro querer dizer, e nada será nunca esgotado.

(Jaques Lacan)

RESUMO

Neste trabalho nos dedicamos a compreender o processo de construção de sentido da anáfora associativa no gênero reportagem jornalística. Este tipo de anáfora ocorre quando o elemento anafórico não correferencia a nenhum antecedente explícito no texto, desta forma para atribuir sentido a ela, são necessários processos interpretativos de natureza essencialmente cognitiva como inferências e associações. Pretendemos demonstrar que a interpretatividade de um referente anafórico está essencialmente ligada a esquemas conceituais e Modelos Cognitivos Idealizados, doravante MCI (LAKOFF, 1987), assim, uma expressão referencial recebe sentido através da relação de um uma série de componentes (co)textuais e contextuais. Utilizamos exemplos de reportagens jornalísticas veiculadas no Jornal Nacional e no Jornal da Paraíba, coletadas no ano de 2009 entre os meses de março e dezembro. Através de uma metodologia interpretativa procuramos responder a seguinte questão: como se dá a construção de sentido no processamento das anáforas associativas no gênero reportagem jornalística? Fundamentamos esta análise em pressupostos teóricos predominantemente da Linguística Cognitiva, bem como os processos de categorização e conceptualização. Paralelamente a esta vertente realizamos uma interface com a Linguística Textual (LT). Essa interface é necessária pelos seguintes fatores: na LT encontramos o processo referencial e conseqüentemente as anáforas, já a LC embasa a tese de que o processo de conceptualização de um determinado sentido depende de um conjunto de informações construídas pelo indivíduo, a partir do saber já está inserido nele por meio de experiências vivenciadas. Nossos resultados demonstram que evocamos sentido a uma anáfora associativa a partir de um MCI selecionado, e através do processo categorial que, dentre todos os traços possíveis do estímulo específico, seleciona aqueles que são sistematicamente mais eficazes para a ocorrência da construção interpretativa desejada.

Palavras-chave: Anáfora associativa; construção de sentido; Modelos Cognitivos Idealizados; Categorização.

ABSTRACT

In this paper we dedicate ourselves to understand the process of building sense of associative anaphora in journalistic genre. This type of Anaphora occurs when the anaphoric element does not refer to any explicit antecedent in the text, thus, to assign meaning to it, interpretative processes of essentially cognitive nature are required as inferences and associations. We intend to demonstrate that some interpretation of an anaphoric referent is essentially related to conceptual schemes and Idealized Cognitive Models, from now on MCI (LAKOFF, 1987), so a referring expression gets sense through a relationship of a series of components (co-)textual and contextual. We used examples of stories broadcast in Jornal Nacional and Jornal of the Paraíba, collected in 2009 between March and December. Through an interpretive methodology we tried to answer the following question: how is the construction of meaning in the processing of associative anaphora in the journalistic genre? We based this analysis on theoretical assumptions predominantly of Cognitive Linguistics, as well as the processes of categorization and conceptualization. Alongside that we performed an interface with Textual Linguistics (TL). This interface is required for the following factors: the TL found the referential process and consequently the anaphors. The LC underpins the thesis that the process of conceptualization of a particular sense depends on a set of information built by individuals, based on the knowledge that is already built into them through life experiences. Our results demonstrate that we evoke a sense of associative anaphora from a selected MCI, and through the process categorical that, among all possible traits of a specific stimulus, selects those that are systematically more effective for the occurrence of interpretive construction desired.

Key-words: Associative Anaphor; construction of meaning; Idealized Cognitive Models; Categorization

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: Construção de sentido	34
Esquema 2: Síntese das concepções ampla e estreita de anáfora.....	56
Esquema 3: Percurso do explícito para o implícito.....	61
Esquema 4: Processo de Cognição por Trás Da Categorização.....	66
Esquema 5: Relação direta e indireta.....	75
Esquema 6: Losango das Representação Dialógicas.....	80
Esquema 7: Diagrama básico de quatro espaços.....	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: segmentos do texto e seus respectivos frames.....	68
Quadro 2: Traços morfológicos.....	72
Quadro 3: Organização da estrutura anafórica.....	80

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1- ABORDAGEM COGNITIVA DO TEXTO	19
1.1- Perspectiva da Linguística Cognitiva.....	19
1.1.1- Modelos Cognitivos Idealizados.....	22
1.1.2- Categorizar das ‘Coisas’	26
1.2- Linguística Textual: Origem da Referenciação.....	29
1.3 - Integração Teórica.....	33
CAPÍTULO 2- REFERENCIAÇÃO	37
2.1 – Anáforas	45
2.1.1- Anáfora Associativa	50
2.2 – Concepções de Anáfora Associativa	55
2.2.1 – Conceção estreita.....	55
2.2.2 – Conceção ampla.....	57
2.3. – A questão da inferência	58
CAPÍTULO 3- CONSTRUÇÃO DA INTERFACE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	63
3.1 - Considerações metodológicas.....	63
3.2- Processo de categorização por trás da cognição.....	65
3.3- Análise da reportagem jornalística 1	67
3.4- Análise da reportagem jornalística 2	76
3.5- Análise da reportagem jornalística 3	83
CAPÍTULO 4- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	92
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	94
ANEXOS (Normas para transcrição).....	100

INTRODUÇÃO

Não cabe dúvida que é por meio da leitura, sobretudo, que a construção do conhecimento ocorre. Através da mesma desenvolvemos também nossa capacidade crítica e reflexiva, construindo saberes necessários para a dinâmica discursiva em processos de construção e interpretação. Todavia, parece ainda ser privilégio de poucos a proficiência no exercício da leitura, ou seja, fazer com que o leitor atinja níveis de compreensão crítico-reflexiva não é tarefa fácil.

Estudos relacionados a este engajamento compreensivo-interpretativo da leitura nos mostram que estratégias cognitivas auxiliam o leitor quanto à organização do discurso, possibilitando a aquisição de diferentes pontos de vista e alargamento de sua capacidade de compreender e produzir novos enunciados em estruturas mais profundas da língua. A progressão no processo de construção do texto também conta com a contribuição de alguns mecanismos de concatenação, por isso não podemos deixar de reconhecer que o processo referencial contribui com imenso vigor nesta jornada estratégica de construção de objetos de discurso quanto à coerência, tendo, assim, as anáforas, um papel decisivo em toda essa arquitetura textual.

Existem várias concepções formuladas para o entendimento de anáfora. Koch (2004, p.244), por exemplo, diz *“são formas referenciais anafóricas os grupos nominais com função de remissão a elementos presentes no co-texto ou detectáveis a partir dos outros elementos nele presentes”*. A maior parte dos autores considera este fenômeno uma espécie de substituto de um item lexical antecedente que é retomado no texto, mas há casos diferenciados, como o das anáforas associativas, nos quais as anáforas não reativam referentes previamente apresentados no texto.

A reflexão até aqui colocada justifica-se pertinente ao processo referencial por estar intrinsecamente relacionada a mecanismos sequenciais construtores do discurso, os quais ainda englobam elementos anafóricos como grande mecanismo de progressão textual. Isso nos leva a certificar que a utilização das expressões anafóricas no jogo discursivo promove um alargamento não só da nossa capacidade de leitura por meio da reflexão, mas estende também nossa capacidade relativa à produção de sentido e estabelecimento de relações entre os componentes de um texto.

Pretendemos demonstrar como as anáforas associativas são organizadas na mente do intérprete/ indivíduo no momento da leitura de reportagens jornalísticas, e descrever o caminho percorrido por essas anáforas, desde o momento de sua localização no discurso até sua interpretação conforme o contexto. Veremos que a construção de sentido de determinadas estruturas anafóricas não estão apenas num nível linguístico ou cognitivo, mas consiste na interface dessas duas vias, as quais nos encaminham a uma nova forma de pensar a construção da significação e de referência.

No estudo da linguagem acreditamos que a perspectiva discursiva pode ser explorada a partir da valiosa relação entre o linguístico e o cognitivo, pois seja qual for o aspecto a ser visto, essa proposição aparentemente trivial traz importantes contribuições aos processos que subjazem os domínios da textualidade. Por este motivo, trouxemos neste estudo uma proposta que constrói uma interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva para uma abordagem diferenciada sobre os elementos anafóricos. O tratamento do processo referencial a partir da dinamicidade desses dois fundamentos teóricos justifica-se pelo fato de o fenômeno da referenciação encontrar-se assentado na Linguística Textual, porém acreditamos que a Linguística Cognitiva possibilita o alcance dos processos cognitivos que subjazem a textualidade.

A importância da Linguística do Texto para a presente pesquisa se dá por dois motivos: o primeiro e mais geral, trata-se de colaborar com o desenvolvimento de discussões sobre leitura, produção, interpretação textual e formas de desenvolvimento, pois com a nova concepção de texto adotada pela LT ela parece ter se tornado um entroncamento, para o qual convergem muitos caminhos, mas que é também o ponto de partida de muitos deles, em diversas direções (KOCH, 2001). O segundo e mais específico motivo, se dá pela relevância dos papéis assumidos pelos mecanismos linguísticos, como a progressão referencial¹.

Veremos mais adiante que nosso modelo de análise baseia-se nos MCI, por esse motivo recorreremos à Linguística Cognitiva para essa investigação, pelo grande aporte teórico encontrado nesta corrente para analisar a proposta aqui ordenada, tomando como pressuposto a ideia defendida por Marcuschi (2000) de que toda a linguagem caracteriza-se como forma de cognição. Desta forma, acreditamos compreender melhor estruturas conceituais mais complexas, como as anáforas associativas, através de propriedades cognitivas.

¹ A referenciação e a progressão referencial incidem na construção e reconstrução dos objetos-de-discurso.

O estabelecimento dessa ponte assume o papel de mediador tributário deste estudo, com o propósito de mostrar a relação de mútua constitutividade que ambas exercem na construção da significação de elementos anafóricos associativos presentes nas reportagens jornalísticas.

Considerando que este estudo visa esclarecer questões sobre o fenômeno da anáfora associativa e que a construção de sentido dessas estruturas dependem de aspectos linguísticos e especialmente cognitivos, julgamos que a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, de Lakoff (1987), suporta de forma significativa e esclarecedora o papel de principal aporte teórico desta pesquisa. Essa teoria pode ser definida, sumariamente, como uma proposta de modelo para organização do conhecimento ou, ainda, como o núcleo teórico da Semântica Cognitiva, conforme Feltes (2007). Ancoramo-nos ainda para corroborar a proposta da interface aqui descrita em teorias como categorização e conceptualização, que servirão como pano de fundo para a abordagem da Teoria dos Modelos Cognitivos.

No percurso analítico, abordaremos esquemas conceptuais como: conhecimentos lexicais já internalizados em nossa memória discursiva para assimilar a estrutura em questão; pressupostos relacionados às condições cognitivas de interpretação do leitor/ouvinte e processos inferenciais, que recuperam elementos implícitos. Aqui, uma indagação central orienta este trabalho: *como se dá a construção de sentido no processamento das anáforas associativas no gênero reportagem jornalística?* A partir de tal questionamento três perguntas norteadoras se desdobram:

- ✓ *Como se dá a compreensão dos falantes em relação à anáfora associativa em textos construídos na esfera/ contexto jornalístico?*
- ✓ *Quais fenômenos são responsáveis por nossas interpretações conceituais, ou seja, como sabemos a que é que um falante se refere em dado momento do texto se não explicita linguisticamente o referente?*
- ✓ *Há algum tipo de atividade diretamente responsável por essas ações?*

De forma semelhante ao pensamento de Leite (2004), acreditamos que estudos relacionados à construção do saber, assim como os estudos de base interacional estão assentados na tradição da ação. Com semelhante raciocínio em relação à linguagem, Clark

(1996, p. 3) introduz a tese de que o uso dela está realmente relacionado a ações conjuntas. Ainda segundo o mesmo autor, entende-se por ações conjuntas aquela que é levada a termo por um conjunto de pessoas que agem de forma coordenada em relação as outras.

Clark (1996) elenca traços utilizados para se entender a linguagem e seu uso como ação conjunta:

1. *A linguagem é fundamentalmente usada para propósitos sociais*
2. *A linguagem é uma espécie de ação conjunta*
3. *O uso da linguagem sempre envolve a significação e a compreensão do interlocutor*

Na primeira afirmação podemos observar que a linguagem é o principal instrumento que nos liga às atividades sociais e relações interpessoais, pois funciona como elemento estruturador para mediar as práticas sociais.

Em seguida, podemos ver a linguagem como parte integrante das ações conjuntas. A linguagem não pode ser vista de forma singular, pois é a partir da relação entre desempenhos individuais e atividades conjuntas que constituímos as negociações do cotidiano.

O terceiro traço apontado diz que “*o uso da linguagem sempre envolve a significação do falante e a compreensão do interlocutor*”, ou seja, a compreensão linguística encontra-se num nível bem mais profundo do que a simples superfície lexical, pois para a construção de sentido de uma expressão linguística é necessário que o falante realize associações e leve em consideração a situação comunicativa em que está inserido. Este último apontamento feito por Clark (1996) é um bom exemplo do que ocorre com o estudo da compreensão anafórica, que é vista como um fenômeno de dependência interpretativa entre dois segmentos de vertentes variáveis, isso, porque para um falante realizar a interpretação de uma estrutura anafórica, há certa dependência de alguns fatores como: inferências, associações e situações comunicativas. A consideração destes fatores auxiliam no entendimento de estruturas implícitas, sentidos não literais, metáforas e também anáforas, como podemos ver no clássico exemplo de Marcuschi (1998,1999)

(1) Os alunos da 1º série já aprenderam as vogais; **ela** descobriu um método novo.

Este é um bom exemplo de anáfora sem antecedente explícito, que de forma indiscutível neste caso tem como suporte anafórico o papel da **professora**. Segundo Salomão (1999) o interessante deste caso é que o contexto seja provido por Modelos Cognitivos Idealizados, os quais determinam os papéis de cada antecedente conforme a informação lexical específica, e após esse processo há a realização referencial do significado. Assim, nossas interpretações conceituais estão diretamente ligadas à maneira como organizamos nosso conhecimento, organização esta que nos conduz aos Modelos Cognitivos Idealizados, pois no decorrer do discurso cada papel comunicativo particular efetua construções cognitivas, nas quais estão inclusos os conjuntos de conhecimento estruturado e organizado que auxilia na interpretação de um item anafórico empregado.

Para interpretar as relações entre as partes que formam o texto como um todo significativo quando possuem tais anáforas, nossa hipótese deriva do pressuposto que a interpretatividade de um referente anafórico está essencialmente ligada a esquemas conceituais e Modelos Cognitivos Idealizados (MCI), assim, uma expressão referencial recebe sentido através da relação de uma série de componentes (co) textuais e contextuais. Componentes (co) textuais referem-se a elementos do interior da composicionalidade do texto e os contextuais consideram os elementos sociocognitivos e interacionais do interlocutores.

Acreditamos que os Modelos Cognitivos Idealizados são responsáveis não só pela estruturação do nosso pensamento, mas também pela formação de categorias e raciocínio. É via corporificação que os conceitos constituídos pelos modelos cognitivos são compreendidos. É desta forma que organizamos todo o nosso conhecimento de mundo, e tal organização é realizada através de diversos processos, um deles é o de categorização. Assim sendo, para compreendermos, não só o processo referencial, mas qualquer outro, não é suficiente conhecermos elementos linguísticos e termos domínio sobre eles, é necessário que seus interlocutores compartilhem da mesma gama de conhecimentos para então interpretá-los. Nesta discussão inclui-se também a atividade categorial, que não deixa de ser um processo interativo, pois possui como principais características a dinamicidade, a instabilidade e alta flexibilidade de se ligar diferentes contextos. Por isso, a visão de construção de conhecimento não pode ser limitada tão somente ao acúmulo de informações singulares.

A ativação das anáforas associativas como componente estrutural se dá a partir de associações ou inferências de tais elementos e o seu contexto extralinguístico, pois é a partir da interatividade, da forma como organizamos nosso conhecimento e através de nossas experiências linguísticas que o sentido das AA passa a ser construído e reconstruído em nosso sistema conceptual. Com a mesma ideia, Miranda (2000) postula que qualquer operação de significação presume invocar, da memória [...], bases de dados que orientam as expectativas dos sujeitos em suas ações individuais ou conjuntas. Portanto, podemos observar que o estudo da anáfora associativa está fundamentalmente ligado a fatores cognitivos e sociais, pois acreditamos que os fatores interpretação e situações contextuais, contribuem para compreensão de determinado referente implícito e a construção de sentido do mesmo.

Nossa investigação, descrita neste trabalho, é apresentada em quatro capítulos.

O primeiro capítulo é totalmente voltado para a abordagem cognitiva do texto e seus propósitos. Nesta seção apresentaremos a proposta de interface entre a Linguística de Texto e Linguística Cognitiva. Tais vertentes nos encaminham a uma nova forma de pensar a construção da significação e da referência.

O capítulo 2 trata das dimensões cognitivas da referenciação. Abordaremos aqui a referenciação e os itens que empreendem a importância desta pesquisa como o processo anafórico e suas concepções. Veremos que o mecanismo linguístico anáfora possui subdivisões segundo alguns pesquisadores e dentro desta subdivisão há um tipo denominado anáforas anafóricas. No decorrer desta pesquisa abordaremos várias dimensões envolvidas no percurso da compreensão de sentido. Uma destas preenche a última seção do segundo capítulo e intitula-se *inferências*, processo pelo qual a compreensão de referências possui caráter dinâmico cujos leitores têm um papel importante. Pretendemos explicar como os leitores relacionam conceptualmente, dois itens lexicais (anáfora e antecedente) num texto, a partir de seus conhecimentos contextuais inferidos.

O terceiro capítulo refere-se à construção da interface proposta no capítulo inicial. Esta seção é dedicada à metodologia, na qual veremos a escolha dos dados, seu tratamento qualitativo, as hipóteses a serem testadas, os objetivos propostos e as categorias analíticas utilizadas no envolvimento da pesquisa.

Por fim, no quarto capítulo, nos voltamos à análise do *corpus*, que se refere a três reportagens jornalísticas. Discutiremos os dados coletados com respaldo nos mecanismos processuais descritos nos capítulos anteriores. Neste percurso analítico veremos que o fenômeno anafórico associativo necessita recorrer a outros fenômenos (KOCH E CUNHA-LIMA, 2004), como por exemplo, os cognitivos, para estabelecer a construção de sentido de determinadas estruturas no processo de comunicação.

Capítulo 1- ABORDAGEM COGNITIVA DO TEXTO

A abordagem da linguagem como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo é, incontestavelmente, promissora para um tratamento mais efetivo da complexidade lexical, a qual se fundamenta em processos cognitivos e interacionais. Neste capítulo apresentaremos todo percurso teórico realizado para a abordagem do tema aqui proposto, a partir da visão integradora, de caráter complementar, entre Linguística Cognitiva e Linguística Textual e respectivas categorias de cada base teórica. Na presente seção, apresentaremos ainda, a teoria base desta pesquisa, a dos Modelos Cognitivos Idealizados, de Lakoff (1987), e os processos categoriais que auxiliarão as explicações referentes à organização de nosso conhecimento quanto a compreensão da anáforas.

Serão aqui expostos alguns princípios básicos de cada vertente deste estudo.

1.1 Perspectiva da Linguística Cognitiva

A Linguística Cognitiva teve como principais representantes Rosch (1978), George Lakoff (1987), Lakoff & Johnson (1980), Lakoff & Turner (1989), Ronald Langacker (1987, 1990, 1991) e Leonard Talmy (1978, 1983, 1985, 1988). Surgiu entre o fim da década de 70 e início da de 80, alavancada pela intenção de investigar o complexo fenômeno da significação na linguagem humana (não mais na tradição gerativa) tentou suprir insatisfações de alguns estudiosos de ideias formalistas, representado aqui por Chomsky, da linguística gerativista, e esclareceu resultados na pesquisa psicológica de Rosch sobre o papel dos protótipos no processo de categorização.

Sendo uma das mais recentes correntes da linguística, a Linguística Cognitiva nos trouxe um novo paradigma, no qual a língua não é mais vista como um sistema independente, nem a faculdade da linguagem é algo autônomo, pois o que passa a existir é um equilíbrio entre a linguagem humana e as relações experienciais que obtemos em interação com o mundo.

A concepção Chomskyana assevera que a *faculdade da linguagem* é uma disposição inata para a competência linguística e também independe de outros conhecimentos, no entanto, a linguística cognitiva rejeita esta tese de autonomia e da não-motivação semântica

e conceptual da sintaxe. Outro fator que difere tais correntes é a questão da aquisição da linguagem que, segundo o gerativismo, envolve condicionamentos e mecanismos específicos desta. Para confrontar tal afirmação, Silva (1997) esclarece desta forma:

Em particular, os estudos de linguistas cognitivistas que têm demonstrado que a conceptualização de domínios abstratos é feita, geralmente, em termos metafóricos a partir de domínios concretos e familiares (tais como o domínio espacial) constituem um bom elemento de uma futura teoria não-autonomista da aquisição da linguagem, mas há uma diferença essencial: a gramática gerativa interessa-se pelo conhecimento da linguagem (tomando-a, portanto, não como meio, mas como objeto da relação epistemológica) e procura saber como é que esse conhecimento é adquirido, ao passo que a linguística cognitiva interessa-se pelo conhecimento através da linguagem e procura saber como é que a linguagem contribui para o conhecimento do mundo. (SILVA, 1997, p.4)

A proposta cognitivista considera aspectos referentes à capacidade de organização, acesso e transmissão de conhecimento, ou seja, ela incorpora fenômenos relativos à interação social, e por esses motivos [a nosso ver] se sobressai à concepção gerativa. Langacker (1987) postula que o estudo da linguagem não pode separar a função cognitiva e a função comunicativa, pois, ao analisar uma estrutura, levaremos em conta a situação real de comunicação em que ela está inserida, e não somente o seu funcionamento teórico. O autor, ainda acrescenta que o processo de categorização e significação só é realizado a partir de relações conceptuais. Langacker (1987) finaliza sua posição ressaltando a importância da linguagem como entidade dinâmica e em constante evolução.

Destacamos também a contribuição de Chomsky no que diz respeito aos fenômenos de natureza cognitiva referente ao modo de interação entre nossa mente e o mundo que nos cerca, bem como os processos que constituem essa interação.

Em Palomares e Martellota (2008, p.177) podemos ver que a teoria de Chomsky considera a linguagem um sistema de conhecimento autônomo, e nós possuidores de uma série de princípios inatos no que se refere à estrutura gramatical da língua. Apesar da inegável contribuição do gerativismo para a linguística, é oportuno aqui esclarecer que esta corrente que tanto busca os aspectos linguísticos universais, deixou um espaço a desejar, a nosso ver, em sua manifestação, a questão da língua vista sob aspectos sociais e situações reais de comunicação. Foi a partir daí que pesquisadores como Lakoff (1980; 1987) e Fillmore (1981) passaram a

se posicionar questionando essa hipótese autônoma da linguagem, e a seguir uma nova tendência linguística chamada ‘cognitiva’ veio à tona. Cabe aqui lembrar a postulação feita por Palomares e Martelotta (2008) referente à crítica que a cognição faz à tradição gerativista. O autor diz que a crítica principal que recai sobre o gerativismo não está relacionada à hipótese do inatismo, e afirma que nós possuímos, sim, estruturas e habilidades (p.178) inatas, que nos capacitam no aprendizado das línguas e outras coisas, embora ache bastante complicado distinguir o que realmente é inato e o que é aprendido.

O que os cognitivistas criticam é a “proposta de que estas estruturas e habilidades são específicas da linguagem” (p. 179). Para sustentação desta crítica, eles defendem a ideia de que a linguagem não é algo independente de outras faculdades mentais, e sua proposta tem uma visão integradora da linguagem, baseada na ideia de que não há necessidade de distinguir conhecimento linguístico de conhecimento não linguístico. É oportuno destacar que a proposta cognitivista considera aspectos como atenção, memória, raciocínio, percepção, conexão, organização, fatores integrantes da linguagem, sublinhando que tais aspectos só se concretizam sob uma relação sistemática entre “linguagem, pensamento e experiência”.

[...] na concepção cognitivista não há significados prontos, mas mecanismos de construção de sentidos a partir de dados contextuais essencialmente ricos e dinâmicos. Em outras palavras, os significados não são elementos mentais únicos e estáveis, mas resultam de processos complexos de interação entre diferentes domínios do conhecimento. (PALOMARES, R. e MARTELLOTTA, M., 2008, p.179)

A partir da proposta cognitiva o falante é um produtor de significados em situações reais de comunicação, e não mais um simples manipulador de regras preestabelecidas. Com isso, vê-se a língua como uma atividade dinâmica de compartilhamento.

Lakoff e Johnson (1999) afirmam que a Linguística Cognitiva é uma “teoria linguística” que utiliza as descobertas da chamada “segunda geração” da ciência cognitiva – mente corporalizada – para “explicar tanto quanto possível a linguagem” (p.496). A “ciência da mente e do cérebro” (LAKOFF e JOHNSON, 1999, p. 568) ficou assim conhecida a partir da concepção de que a estrutura e organização do nosso pensamento estão intimamente associadas à estrutura e organização do nosso corpo, o que equivale a dizer assim como Palomares e Martelotta (2008) que nosso pensamento é corporificado.

Feltes (2007) elenca abaixo alguns princípios que norteiam essa abordagem:

- (1) A estrutura conceptual origina-se de nossa experiência sensório – motora e das estruturas neurais que lhes dão origem, sendo a noção de “estrutura” caracterizada como esquemas de imagens e esquemas motores.*
- (2) As estruturas mentais são intrinsecamente significativas devido à sua conexão com nossos corpos e nossa experiência corpórea, o que contraria a idéia de manipulação de símbolos não – semantizados.*
- (3) Nossos cérebros são estruturados de forma a projetar a ativação de padrões de áreas sensório – motoras para níveis corticais mais altos, constituindo as chamadas metáforas primárias. Tais projeções permitem-nos conceptualizar conceitos abstratos com base em padrões inferenciais utilizados em processos sensório – motores que estão diretamente ligados ao corpo.*

A autora apresenta princípios que auxiliam a organização do nosso pensamento. A conceptualização de significações, por exemplo, não está confinada ao sistema linguístico, há outros fatores que participam da construção deste processo, como por exemplo, as experiências sensório-motrizas e estruturas mentais.

A compreensão do significado de estruturas não explícitas está envolta no véu da capacidade linguística, de maneira que o não verbal, o psicológico e o não linguístico também fazem parte da construção desse véu.

A estrutura conceptual citada por Feltes (2007) origina-se de nossa experiência sensório-motrizas, e nós só possuímos a capacidade de conceptualização porque temos modelos cognitivos. A capacidade cognitiva que possuímos pode ser explicada por diversas vertentes, e uma delas, através da interação de uma série de mecanismos neurobiológicos, em que esses mecanismos responsabilizam-se por uma série de contextos que nos cercam, como, por exemplo, os sociais e culturais.

Considerando que o estudo aqui analisado tem relação direta com o fenômeno da categorização, veremos agora uma das abordagens da Semântica Cognitiva representada por Lakoff (1987) e essencial para o desenvolvimento deste trabalho, a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, apresentada na seção seguinte.

1.1.1 Modelos Cognitivos Idealizados

Nossas atividades comunicativas envolvem uma série de complexas estruturas que exigem construções cognitivas para auxiliar no desfecho de seu sentido. Segundo Miranda (2002) em tais construções estão inclusos os *domínios* – conjunto de conhecimentos estruturados – que podem ser divididos de duas formas/natureza: domínios estáveis e domínios locais. Abriremos aqui um parêntese apenas para o primeiro domínio. Miranda (2002) afirma que estes domínios são relativos a estruturas de memória pessoal e social (esquemas e *frame*) – como, por exemplo, conhecimentos prévios – são considerados estáveis, contudo, jamais estáticos.

Este domínio – estável – pode ainda ser subdividido em três naturezas (SALOMÃO, 1999):

- Modelo Cognitivo Idealizado;
- Molduras Comunicativas;
- Esquemas Genéricos;

Dentre os domínios elencados por Salomão iremos nos deter ao primeiro. A Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987), doravante (MCI), firma a ideia de que o conhecimento do ser humano é organizado por meio de estruturas, e tais estruturas são denominadas Modelos Cognitivos Idealizados, considerados também por Feltes (2007) como resultado da atividade humana cognitiva - experencialmente determinada e ainda resultado da capacidade de categorização humana.

Esse esquema conceitual produzido no social e disponível no cultural (MIRANDA, 2002) exerce um papel significativo na cognição humana.

A teoria dos MCI de Lakoff (1987) é tributária de quatro fontes já instauradas na Linguística Cognitiva:

- A Teoria de *Frames*, Fillmore (1982);
- A Teoria das Metáforas e Metonímias, Lakoff, Johnson (1980);
- A Gramática Cognitiva, Langacker (1986);
- A Teoria dos Espaços Mentais, Fauconnier (1985, 1994)

Segundo Lakoff (1987, p. 68) “ cada MCI é um todo estruturado complexo, uma *gestalt*”, desta forma constitui-se a quarta fonte da teoria deste autor, uma vez que cada MCI também estrutura um espaço mental.

Das teorias citadas acima, a de Filmore (1982) é a que mais se aproxima dessa noção de esquema estrutural do conhecimento. Lakoff (1987) ao referir-se a semântica dos *frames*² observa o exemplo da categoria ‘terça-feira’. Segundo o autor, para definirmos essa categoria faz-se necessário ter um modelo idealizado, o qual é constituído a partir da ideia de um ciclo natural definido pelo movimento do sol, o qual é responsável pelo fim de um dia e início de outro, sendo, no total, sete repetições deste processo semanalmente. O autor nos mostra que a semana é tida como um todo composto por sete partes, e cada parte [denominada dia] tem uma representação lexical diferenciada das outras, e a terça parte deste todo, é chamado de terça-feira. E assim idealizamos o conceito deste modelo, lembrando que esse é o nosso modo de estabelecer o modelo semanal, pode haver variações dependendo da cultura dos povos.

A interpretação do significado das informações contidas em nosso discurso é uma das principais funções da mente humana, tendo esta ainda a capacidade de transformar tais informações em conhecimento concreto a fim de corroborar o que se quer dizer. Neste aspecto os Modelos Cognitivos Idealizados são significativos auxílios para tentarmos compreender o mundo, de modo que “qualquer elemento de um modelo cognitivo pode corresponder a uma categoria conceptual” (LEITE, 2006, p.66). Afirma ainda que um MCI pode vir a ser adequado de forma perfeita ou imperfeita à compreensão que um indivíduo possui do mundo, de maneira que “quanto menos perfeita é a adequação entre as condições prévias do MCI e nosso conhecimento, menos apropriada para nós é a aplicação de um conceito” (p. 66).

Segundo Feltes (2007) os Modelos Cognitivos Idealizados são uma tentativa de dar conta do comportamento empírico do processo de categorização humana, e nos mostra essa tentativa a partir de exemplos como

(2) O **casamento** de Maria foi fabuloso. O **noivo** estava de fraque, os **padrinhos**, elegantes, o **padre** aguardou com paciência a chegada da **noiva**, as **flores** eram brancas e estavam distribuídas ao longo de todos os bancos da **igreja** e do **altar**; em frente ao altar o **caixão** estava aberto. (FELTES, 2007, p.24)

²Segundo Feltes (2007) “o termo traduzido como ‘moldura’, é uma espécie de esqueleto, como um molde com lacunas a serem preenchidas. No modelo de Minsky, os vazios, por sua vez, são chamados *terminais*, usados como ponto de ligação aos quais são incorporados outras formas de informações e são elaborados a partir de experiências passadas”

Igreja: submoldura (altar e padre)

Noivo

Noiva

Padrinhos

Decoração: o qual pertence o elemento (flores)

As estruturas acima, chamadas de *frames* organizam as ideias explícitas e os episódios mais abstratos do texto. Para Minsky (1975), a noção de *frame* refere-se a pontos de ligação que incorporam certas informações em outras, de forma que a partir de experiências passadas servem de modelo para as próximas representações. Neste exemplo específico temos como *frame* **casamento** (católico). Católico porque o elemento típico deste evento **padre** faz-se presente no discurso, o que nos dá pistas sobre essa inferência, assim como os outros *frames*. Contudo, ao nos depararmos com o elemento **caixão** temos uma surpresa, porque esta estrutura não pertence a moldura do texto citado, pois não faz parte da sequência de ações pertinentes a um casamento. Tudo isso ocorre porque possuímos esquemas sociais e culturais que discriminam o que é concebido ou não, neste caso, em um casamento.

Os Modelos Cognitivos são nomeados por Feltes (2007) de construtos idealizados. A autora elenca duas razões para tal fato: a primeira, porque estes modelos cognitivos não precisam ajustar-se de forma necessariamente perfeita ao mundo, justificando-se através da abordagem experiencialista a relação interativa entre o aparato cognitivo humano e a realidade em si. A autora aqui destaca a significativa abordagem através da realidade experiencial, uma vez que a significação é estruturada a partir da experiência, ou ainda nos termos da autora “a significação linguístico-conceitual só pode ser tratada em termos de MCIs” (p. 127) e ainda ressalta o fato de que “a cognição humana está inextricavelmente ligada à experiência humana corpórea” (p. 90).

A segunda razão que justifica a nomenclatura carimbada por Feltes (2007) é a ideia de que um único contexto situacional pode resultar na constituição de diferentes modelos para compreensão deste. Como ilustração desses casos, temos o clássico exemplo da categoria ‘solteirão’ discutida por Fillmore (1982) e retomada por Lakoff (1987). Essa categoria é estruturada por uma versão idealizada do mundo, o que o autor nomeia de MCI. Ele explica que essa categoria é definida a partir da seguinte ideia: em nossa sociedade, institui-se a união de pessoas através do matrimônio (tipicamente monogâmico), portanto, quando se atinge uma certa faixa etária (considerada ideal para casar) e esse fato não ocorre, passa-se ao encaixe desta categoria, ou seja, *homem adulto não casado* é resultante da

relação entre um MCI social e uma certa faixa de idade considerada própria para constituição do matrimônio (p.70).

Para Lakoff (1987) o ser humano é dotado de capacidade de conceptualização, ideia que envolve a questão do experiencialismo, que por sua vez é colocado pelo autor como “a capacidade geral para formar modelos cognitivos idealizados” (LAKOFF, 1987, p.281). O mesmo postula ainda que

[...] Os modelos cognitivos (...) não são representações internas da realidade externa. Não são por duas razões: primeiro porque eles são entendidos em termos de corporalidade, não em termos de uma conexão direta com o mundo externo; e, segundo, porque eles incluem aspectos imaginativos da cognição, como metáfora e metonímia⁵⁴. (LAKOFF, 1987, p. 341).

A afirmação acima endossa a concepção do experiencialismo para a construção de categorias. Os MCIs são usados para compreensão do mundo e o contato com o ambiente físico e cultural também são tomados como elementos constitutivos de nosso sistema conceitual, o que faz da experiência fator essencial para a noção de um conceito. Os MCIs estão alicerçados a uma visão experiencialista e interacional da cognição, o que de semelhante modo ocorre com o modelo anafórico, pois assim como os Modelos Cognitivos não precisam se ajustar perfeitamente ao mundo (FELTES, 2007), isto é, são determinados por propósitos, as anáforas associativas também só constituem significação via interação entre o aparato cognitivo, o linguístico e a realidade que as cercam.

Com suporte da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados discutiremos na análise deste trabalho questões essenciais que cercam o processo de construção de sentido das anáforas associativas até o estabelecimento de sua real significação. No decorrer do percurso, veremos esclarecimentos de fatores contribuintes para essa construção como inferência, experenciação, interação, situação comunicativa, capacidade de categorização, entre outros. O último fator aqui citado é projeto central da Semântica Cognitiva, experiencialista, e um dos fatores mais fundamentais para a compreensão da natureza humana, opinião também compartilhada por Lakoff (1987).

1.1.2 O Categorizar das ‘Coisas’

A maioria de nossas palavras e conceitos designam categorias [...] categorização não é um processo que deve ser estudado superficialmente. Não há nada mais básico do que a categorização para o nosso pensamento, percepção, ação e

discurso. Cada vez que nós vemos algo como ‘um tipo’ de coisa, por exemplo, uma árvore, nós estamos categorizando.[...] A compreensão de como categorizamos é o ponto central de como nós pensamos, funcionamos e conseqüentemente um ponto central para compreensão daquilo que nos faz humanos. (LAKOFF, 1987, p.5)

Não é recente a preocupação do homem em nomear, definir, e categorizar as entidades que o cercam. É essencial ao ser humano o processo de categorização a fim de organizar conceitos e construir uma ordem não só física, mas também social, pois a necessidade de se conceituar e classificar algo só ocorre quando entramos em contato com o ambiente, e se assim não fosse, não haveria o porquê para tal processo. Segundo Lima (2007) categorizar é agrupar entidades (objetos, idéias, ações, etc.) por semelhança, ou seja, as ideias se constituem a partir de associações, baseadas nas similaridades que elas possuem.

Em nosso cotidiano categorizamos incessantemente, pois a toda e qualquer situação a que somos expostos, nossa mente tem a função de transformá-la em informação interpretativa para nós. Quando uma pessoa é exposta a determinado assunto, a categorização como processo cognitivo organiza essa estrutura como carga informacional, que se aloja em nossa memória semântica. Para melhor compreensão de como ocorre esse processo vejamos o exemplo abaixo citado por Zamponi (2003):

(1) Cerca de 2000 milicianos chegaram ontem à cidade [Jalalabad], vindos da região de Peshwar (Paquistão), para se unirem a milhares de outros que aportaram de outras cidades afegãs. A Folha acompanhou **a pequena epopéia** transformada em jogada de marketing pela etnia ao transportar um exército de cem jornalistas que se espremiavam na região da fronteira atrás de uma oportunidade de entrar no Afeganistão. (FSP, 16/11/2001 – A-11)

Observa-se que o sintagma nominal *a pequena epopéia* é referente a um fato acontecido, que se traduz na chegada de 2000 milicianos a uma cidade afegã. Nesta sentença temos um processo de recategorização cujo ‘nome-núcleo’ atua, segundo a autora, como sinônimo de *Cerca de 2000 milicianos chegaram ontem à cidade [Jalalabad], vindos da região de Peshwar (Paquistão), para se unirem a milhares de outros que aportaram de outras cidades afegãs* [instrumento de categorização]. Para que possamos chegar a esta compreensão, e designar os referentes, fazemos escolhas entre os elementos lexicais disponíveis, que são ativados no momento da leitura. As informações são percebidas, experimentadas [se adequadas ou não] e interpretadas conforme o possível, o que nos traz

um bom exemplo de como o processo categorial estabelece a relação entre a língua e o mundo.

Koch (2002) postula que nosso principal desafio como cognitivistas é compreender a forma como o mundo real é representado em nossa mente, e quais estruturas são responsáveis pelas atividades cognitivas que realizamos (p.67). Acreditamos, assim como Lakoff (1987), que a categorização é parte essencial no processo de atividades cognitivas realizadas por nós, a começar por atividades “básicas como falar, agir e pensar” (p.5). Desta forma, a principal função da atividade categorial é organizar e regular como ocorre a construção de nossos saberes.

A estruturação de nossos domínios do conhecimento na abordagem cognitiva é ressaltada no processo de categorização. Como já fora dito, não é nova a necessidade que temos de definir e categorizar as informações, portanto, através dessa perspectiva a cognição passou a ter como objeto de estudo processos gerais que ilham a organização, o armazenamento, a recuperação de elementos, etc.

Para Piedade (1983) categorizar é um processo mental habitual do homem, seu conceito gira em torno de classificações, ou ainda, agrupar entidades por semelhanças. Em nosso cotidiano realizamos este processo por diversas vezes e na maioria delas de forma involuntária. Em atividades de negociação e sentido das coisas que dissemos/ouvimos a atividade categorial ocupa lugar de destaque, contudo, esse processo discursivo envolve muito mais do que o simples fato de “etiquetar” elementos,

[...]se ocupa dos métodos utilizados pelos falantes para caracterizar, descrever, justificar, compreender os fenômenos da vida cotidiana. Isso produz a passagem de uma visão abstrata da cognição para uma concepção prática e situada, de uma visão realista que mapeia as determinações do mundo a uma concepção construcionista da cognição, não dada, mas elaborada nas práticas linguísticas dos usuários da língua em contextos situados. (LEITE, 2006, p.2)

Possuímos um repertório lexical ricamente constituído, que em atividades de negociação de sentido se dá não somente no campo linguístico, mas também em diversas semioses. A categorização é parte da atividade discursiva (LEITE, 2006, p.2), e esta por sua vez, é formada por colaborações coletivas, o que nos leva à questão defendida por Mondada e Dubois (1995), que diz que a atividade categorial deve ser negociada entre os interlocutores das atividades sociais, os quais se orientam pelos objetos-de-discurso.

Ancorada nesta ideia, vemos que a questão anafórica necessita grandemente do aporte cognitivo e principalmente categorial para ser compreendida de forma pertinente, o que corresponde a uma abordagem organizada conforme o decorrer da atividade em curso.

Neste sentido, podemos ver a questão referencial como um fator de abordagem dependente do discurso e do processo categorial para ser interpretada. Ela é localmente situada, uma vez que não pode ser constituída de significação concreta se concebida de forma singular, pois não possui uma realidade independente, mas se forma a partir da interatividade localmente constituída, possuindo assim como os elementos categoriais caráter dinâmico.

1.2 Linguística Textual: Origem da Referenciação

A LT passou a se desenvolver em meados da década de 1960 na Europa, e desde então se disseminou. Oposta às correntes estruturalistas, essa linha se concentra no processo comunicativo entre autor/leitor e texto/contexto. Em nosso país, autores como, Koch (1999), Fávero (2000), Marcuschi (1998, 2000), entre outros, destacaram-se a partir de pesquisas nesta perspectiva.

Os surgimentos de estudos que procuram ir além dos limites da frase, começam a se construir teoricamente, reintroduzindo o falante e considerando a ação comunicativa em que este está inserido. Esta vertente passa por diferentes fases, até estudos mais recentes que têm como ênfase o caráter sociocognitiva-interacionista do texto.

Para Breaugrande e Dres sler (1981, p.37), o texto é constituído da condensação de diversas operações cognitivas, operações essas que consistem em armazenar, recuperar, receber, transformar e emitir informações.

A Linguística Textual atualmente passa a ver o texto como resultado do processo interacional, e não mais está atrelada à gramática frasal, e sim, ao texto em sua forma específica de manifestação da linguagem. Segundo Koch (2001), hoje a linguística textual vem desenvolvendo cada vez mais suas investigações no campo da cognição. Questões referentes à compreensão, produção e principalmente ao processamento de textos passam a ganhar feição interdisciplinar dentro da LT ou ato de comunicação unificado conforme Mussalim (2001), o qual considera o texto como resultado do processo de interação de uma rede de aspectos cognitivos, sociais e linguísticos.

Para a autora, um dos principais pontos da linguística textual é a progressão referencial do texto, visto que esse processo se dá numa complexa relação entre linguagem, mundo e pensamento estabelecida centralmente no discurso.

Segundo Koch (2003) a referenciação trata do processamento do discurso e é realizada por sujeitos ativos, isso implica dizer que é também um elemento estratégico, ou em outras palavras, à medida que o discurso se desenvolve o sujeito efetua as operações.

Na referenciação há um mecanismo linguístico que reporta sentido entre os enunciados do texto e estabelece uma relação coesiva de referência, a anáfora. Esta, permite a realização da interpretação de um item pela relação tecida entre seus elementos sequenciais, explícitos ou não no texto.

Vejamos no exemplo abaixo as formas como os elementos implícitos se armazenam em nossa memória:

(3) eu sou meio desligado em algumas **aulas**
 mas também sou responsável
Ciências, porque **ela** cismou com a minha cara

(CHAGAS, 2007, p. 9)

Nesta estrutura podemos perceber que o pronome pessoal em destaque *ela*, não reativa nenhum elemento prévio presente de forma explícita no texto, ou seja, esse pronome não é uma retomada de um elemento já existente. Contudo, o mesmo pronome ancora-se no (co) texto que o precede, e encontra base nas informações prévias, estruturas ativadoras de novos referentes como os sintagmas nominais *aulas* e *ciências*, neste caso, com as informações associadas chegamos à conclusão de que o pronome *ela* refere-se logicamente à *professora*, mais especificamente *professora de ciências*. Dessa forma essa relação indireta é construída a partir de inferências com base em nosso conhecimento de mundo.

Assim como outros, o fenômeno anafórico, não consegue ser explicado somente através da linha da LT apesar de ter sua origem nesta. Desta forma o eixo cognitivo nos encaminha para um diferente olhar do processo anafórico dentro da textualidade, permitindo assim como no exemplo acima retirado de Chagas (2007, p.9), que articulações cognitivas e sociais se desenvolvam no decorrer do discurso, a fim de desenvolver estratégias interpretativas e resultar em procedimentos eficientes de compreensão.

Porque as referências textuais se constroem no processo discursivo, é importante partir de pressupostos teóricos da Linguística Textual para o estudo anafórico, pois um texto não costuma ser monotípico ou linear, o discurso ao mesmo tempo em que é tributário de sua constituição, constrói uma representação que opera como uma memória compartilhada, alimentada pelo próprio discurso. Logo, admite-se que elementos textuais são dinâmicos: podem ser modificados, desativados, recategorizados etc. E neste viés, então, a discursivização ou a textualização da linguagem de informação é uma (re) construção do real e não um simples processo de elaboração da informação (KOCH; MARCUSCHI, 2005).

A compreensão na Linguística Textual envolve uma rede de fatores que corroboram a significação clara das informações. Nesta vertente, abordaremos de forma breve a propriedade mais relevante em termos de textualidade conforme Breaugrande e Dressler (1981) – a coesão. A coesão é a propriedade mais fundamental para preservação e garantia de textualidade, e a define como conjunto de estratégias de sequenciação responsável pelas ligações linguísticas relevantes entre os constituintes articulados no texto. São múltiplos os mecanismos que podemos utilizar para constituir um texto coeso segundo Halliday e Hason (1976) e a referenciação é um deles.

A construção da progressividade de um texto depende em parte das retomadas de conteúdo e informação, pois os elementos se interligam e se conectam por meio de recursos linguísticos como, por exemplo, a coesão, proporcionando uma continuidade de sentido. Abriremos aqui um parêntese dentro da discussão da importância da LT no processo de referenciação para vermos de forma breve, a relevância do fator coesivo para o bom desenvolvimento do discurso, tomando como modelo os pressupostos teóricos cognitivos.

Abriremos aqui um rápido parêntese para explicar de forma breve sobre esse mecanismo linguístico, que faz parte do foco analítico desta pesquisa. Salientamos que esta abordagem é de cunho superficial, pois trataremos com especificidade deste fenômeno no capítulo seguinte.

A referência segundo Halliday e Hason (1976) pode ser processada em dois níveis: exofórica e endofórica. A primeira está relacionada a uma situação comunicacional em que o referente “objeto de discurso” encontra-se fora do nível textual e este tipo de recurso é o mais utilizado no texto oral. Já no segundo processo – endofórico – temos a presença do referente (há exceções) que pode se relacionar de duas maneiras ao elemento que a ele

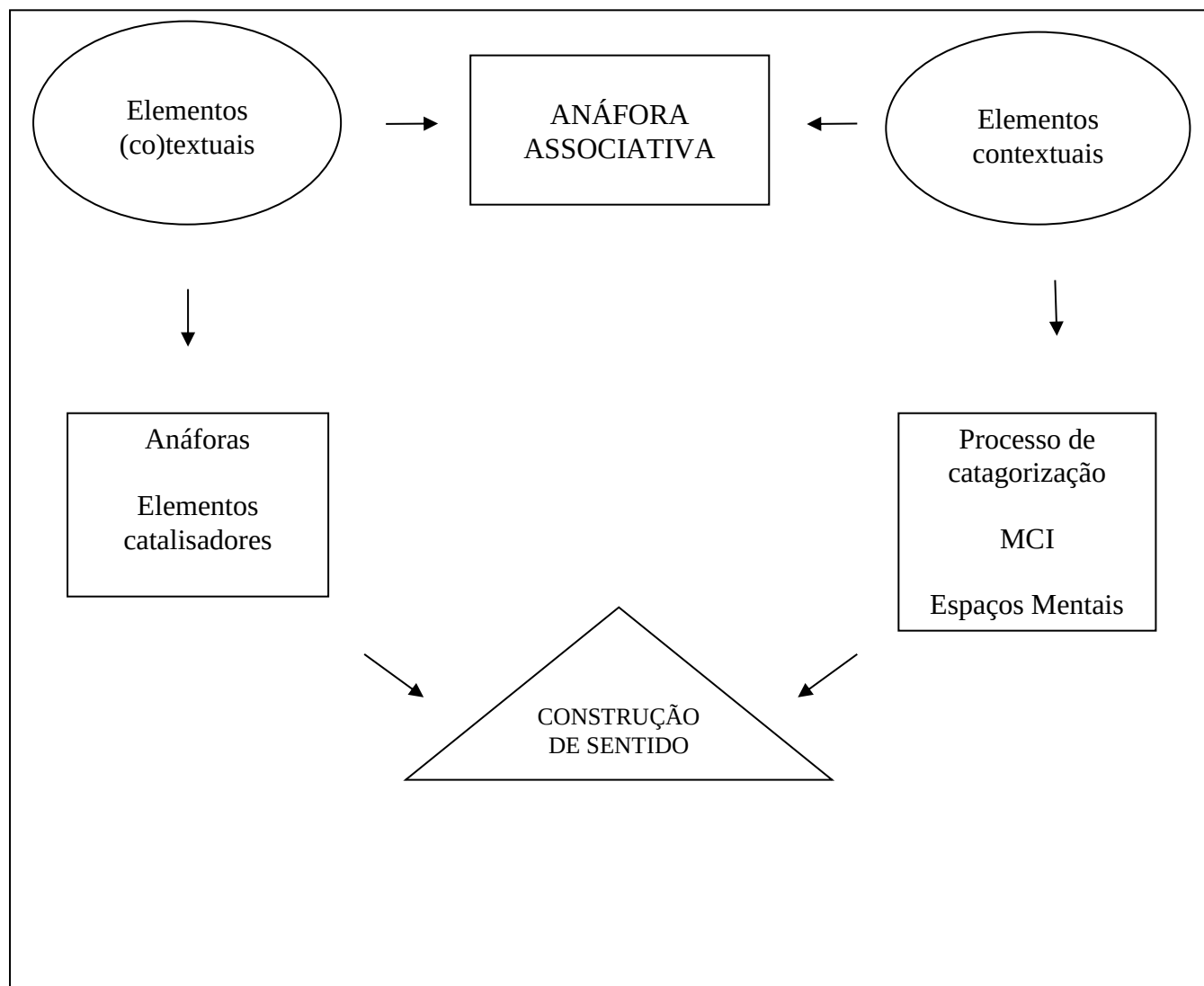
A coesão nos mostra como uma parte do texto está relacionada a outra, conceitualmente. Ao acompanharmos a leitura de um texto, de forma inconsciente nosso cérebro procura interpretar cada informação transmitida, e cada parágrafo, cada informação nova é adicionada e relacionada com as anteriores, ou em outras palavras, ocorre o que Chagas (2007) chama de ‘estocagem’, as informações perceptivas são transformadas em representações mentais e associadas a outras, e quando necessárias são reativadas.

Em suma, os mecanismos da Linguística Textual muito têm contribuído para o avanço das pesquisas no campo da textualidade. As representações mentais referentes à interpretação das informações do discurso dependem de fundamentações mais concretas e consistentes para compreensão do processo textual, especialmente se o processo em questão for referencial, como investigamos nesta pesquisa. Este é um dos motivos pelos quais nos ancoramos em fundamentos cognitivos, de maneira a assegurar melhores esclarecimentos sobre o fenômeno anafórico.

1.3 Integração Teórica

Para analisar e explicar fenômenos como, por exemplo, a construção da inferência em elementos anafóricos, a Linguística Textual recorre à teorias fundadas nas Ciências Cognitivas. Nos seus diversos caminhos percorridos e diante de diferentes modelos teóricos desenvolvidos, esta vertente, hoje, procura reinserir em seu escopo teórico três fatores que colaboram para constituição da significação textual: o sujeito, a situação e o ambiente. Marcuschi (1998) acrescenta ainda duas noções relevantes da Linguística Textual junto à interpretabilidade: *o contexto*, que se refere ao conjunto de condições externas à língua, e necessários para a produção, recepção e interpretação de texto; e *o (co) texto*, que são as informações contidas no corpo do texto, direta ou indiretamente que auxiliam na construção de sentido, observe a figura abaixo:

Esquema 1: Construção de sentido



Passando a fazer parte da Linguística Textual por volta da década de 1990, a referenciação diferente da abordagem clássica – correspondência entre palavras e coisas – é tida como um processo dinâmico; Mondada e Dubois (1995) postularam que essa correspondência é legitimada pela clássica hipótese do poder referencial da linguagem. Segundo as mesmas, essa hipótese é reatualizada nas Ciências Cognitivas “com pressupostos e dificuldades” e nos revela quão problemático é um “modelo baseado num mapeamento de palavras e coisas” e pressupõe que um mundo autônomo já fragmentado em objetos ou ‘entidades’ existe independentemente de qualquer sujeito que se refira a ele, e que as representações linguísticas são instruções que devem se ajustar adequadamente a este mundo (MONDADA; DUBOIS, 1995, p. 275), o que equivale a ideia de que é mais válido

dedicar-se a questionar os “próprios processos de discretização”, a distribuir o discurso em ‘nomes’ e em seguida relacioná-los às também fracionadas ‘entidades objetivos’ que compõem o mundo, e além disso

[...] sublinhar que, no lugar de pressupor uma estabilidade a priori das entidades no mundo e na língua, é possível reconsiderar a questão partindo da instabilidade constitutiva das categorias por sua vez cognitivas e linguísticas, assim como de seus processos de estabilização. (MONDADA; DUBOIS, 1995, p.17)

Posto isso, cabe-nos dar maior espaço ao estudo dos processos que constituem a língua e não mais evidenciar possíveis constituições de uma língua com perfeita relação entre coisas e palavras que segundo Mondada e Dubois (1995) é uma tentativa utópica. Deslocado então o curso especulativo para a questão da ‘constituição do processo’, a problemática segundo a linha de raciocínio das autoras não gira mais em torno de como as informações são transmitidas ou ainda como os estados do mundo são adequadamente representados, e sim da busca de como as atividades humanas, cognitivas e linguísticas, se estruturam e dão um sentido ao mundo. Dessa assunção configura-se a substituição da noção de referência pela noção de referenciação (que se consubstancia pelo questionamento dos processos de discretização e de estabilização das categorias) como podemos ver em Mondada (2001)

No interior dessas operações de referenciação, os interlocutores elaboram objetos de discurso, i.e., entidades que não são concebidas como expressões referenciais em relação especular com objetos do mundo ou com sua representação cognitiva, mas entidades que são interativamente e discursivamente produzidas pelos participantes no fio de sua enunciação. Os objetos de discurso são, pois, entidades constituídas nas e pelas formulações discursivas dos participantes: é no e pelo discurso que são postos, delimitados, desenvolvidos e transformados objetos de discurso que não preexistem a ele e que não têm uma estrutura fixa, mas que, ao contrário, emergem e se elaboram progressivamente na dinâmica discursiva. (MONDADA, 2001, p. 1)

Sendo o sujeito construtor do seu mundo nas atividades interacionais (MONDADA; DUBOIS, 1995) e agente ativo sobre o material linguístico que possui (KOCH, 1999; 2002), ele realiza escolhas significativas para tornar concreta sua intenção do que quer dizer e o curso dessas atividades se torna estável graças às categorias manifestadas no discurso.

Assim como no processo citado no exemplo acima, o sentido da anáfora associativa se constitui ‘nas e pelas’ formulações discursivas dos participantes. O fio condutor que rege

o enunciado é dado no e pelo discurso dos interlocutores, que desta forma produzem sentido aos objetos de discurso. Estes, não se confundem com a realidade extralinguística, mas (re) constroem esta realidade no processo de interacional, ou seja, a realidade é construída, mantida e alterada não somente pela forma como nomeamos o mundo, mas também pela forma como, sociocognitivamente, interagimos com ele. Desta forma, interpretamos e construímos nossos mundos através da interação com o entorno físico, social e também cultural.

Sob esta perspectiva considera-se o processo referencial um fator dinâmico, pois “os referentes se elaboram no decorrer de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos inseridos. Assim sendo, a questão da construção do significado/sentido não pode ser fundamentada simplesmente na relação pura entre ‘a língua’ e o ‘mundo’, uma vez que

[...] a categorização espontânea dos objetos do mundo não se faz in abstrato, mas sempre em função de objetos praxeológicos precisos sob a influência de dados contextuais. (APÓTHÉLO; REICHLER-BÉGUELIN, 1995, p. 265)

Sendo a referenciação relativa à Linguística Textual e nosso foco investigativo aos aspectos cognitivos que subjazem a construção de seu sentido, neste estudo consideramos para a análise desta questão a proposta das autoras Mondada e Dubois (1995), a qual nos mostra que para identificar tal questão deve-se explorar abordagens linguísticas, psicológicas e cognitivas, uma vez que o fundamento desta análise encontra-se na intersubjetividade da atividade cognitiva.

Uma indagação orienta o aprofundamento de nossas observações: *Possuímos atividades cognitivas diretamente responsáveis por certos tipos de ações interpretativas?*

O fator essencial que esta perspectiva nos traz é a confirmação das hipóteses aqui inicialmente desencadeadas. Por exemplo, no processamento de estruturas com anáfora associativas veremos que o fator categorização é essencial para o êxito interpretativo do discurso. Não podemos aqui deixar de lado o grande aporte teórico que possibilitou a construção dessa interface, o modelo de organização do conhecimento, a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987). Encontramos nesta teoria a discussão de todos os outros fenômenos responsáveis pela construção de sentido de estruturas complexas.

De maneira simplificada, tentamos aqui explorar a forma como os processos cognitivos, linguísticos e interacionais agem na construção de sentido de um discurso constituído por elementos anafóricos associativo no contexto jornalístico.

Capítulo 2- REFERENCIAÇÃO

As primeiras considerações teóricas sobre o fenômeno da referenciação podem ser encontradas na Linguística de Texto. Esta vertente tem como um de seus principais pressupostos a ideia de que nenhum texto é completamente explícito, o que corrobora a afirmação de Koch e Cunha-Lima (2004) sobre a necessidade de se recorrer a outros fenômenos cognitivos para analisar o processo de produção/ compreensão de um texto, como podemos ver abaixo:

[...] a natureza, a estrutura, o armazenamento e o processamento desses conhecimentos são questões fundamentais para a Linguística Textual desde, pelo menos, a década de 1980. Isso fez com que a Linguística Textual passasse a ter a necessidade de refletir sobre fenômenos como memória, atenção, representação mental e processamento cognitivo, precisando postular ou adotar um modelo de cognição que desse conta dos fenômenos encontrados na análise do texto (KOCH; CUNHA LIMA, 2004, p. 291).

Apesar de estar assentado na Linguística Textual, o fenômeno anafórico não se basta nesta vertente, Koch e Cunha Lima (2004) asseveram, dentre outras questões, que a necessidade de reflexão sobre alguns fenômenos referentes aos processamentos mentais são essenciais às ciências cognitivas para complementar questões fundamentais da linguística.

Questões sobre referenciação têm ganhado cada vez mais espaço em discussões sobre o processamento da linguagem como atividade cognitiva. Autores como Apóthélos e Reichler-Béguelin (1995); Mondada e Dubois (1995); Koch (2002) ; Marcuschi (2003) e Lima (2010) tecem grandes esclarecimentos a respeito de tal fenômeno. Marcuschi (2003), por exemplo, afirma que o sentido de uma produção discursiva é marcado por atividade de negociação entre os interlocutores, que resulta na construção de referentes. Com a mesma sistemática Koch (2002) e Lima (2004) ressaltam que o saber compartilhado pelos falantes adquiridos no contexto comunicativo/social são responsáveis pela compreensão da construção de referentes. Além destes, temos ainda Milner (1982) que a partir de uma visão cognitivo-discursiva também vê o referente como algo que é construído socialmente a partir de contextos enunciativos. Desta forma, devemos compreender que a significação de referir não está em etiquetar, nem apontar, nem relacionar, mas sim, agir colaborativamente na

produção de orientações interpretativas uma atividade (MARCUSCHI, 2000), pois a língua em si é uma atividade sociocognitiva, e isso equivale a dizer que referenciar é ajustar nossas representações lingüísticas de forma adequada a este mundo, (MONDADA e DUBOIS, 1995). Podemos observar que Mondada e Dubois (1995), quando falam que a língua é uma atividade sociocognitiva, estão tratando também do poder referencial que a linguagem carrega em si.

A partir desta abordagem, podemos perceber que a atividade cognitiva exerce grande importância na construção de sentido do discurso e principalmente de seu processamento referencial, ou ainda como asseveram as autoras acima:

[...] a referenciação é assim como à categorização, mais advinda de práticas simbólicas, do que de uma ontologia dada. Como diz Rastier, a referenciação não diz respeito a “uma relação de representação das coisas ou dos estados de coisas, mas a uma relação entre o texto e a parte não-lingüística da prática em que ele é introduzido e interpretado” (1994: 19). Estas práticas não são imputáveis a um sujeito cognitivo abstrato, racional, intencional e ideal...mas a uma construção de objetos cognitivos e discursivos na intersubjetividade das negociações, das modificações, das ratificações de concepções individuais e públicas do mundo (MONDADA; DUBOIS, 1995, p.20)

Nesta afirmação podemos perceber que o processo referencial exige de nós mais do que a simples elaboração de informações, a textualização e discursivização necessitam do processo de (re) construção textual para que se possa compreender também a parte não-lingüística do objeto a ser interpretado, o que nos leva a implicar uma visão dinâmica deste processo e enxergar o sujeito como ser sociocognitivo.

Como atividades lingüísticas e psicológicas estão estreitamente imbricadas, a contribuição que a cognição nos traz para a interpretação da linguagem, principalmente no âmbito da referenciação é indiscutível, uma vez que este fenômeno passa a ser relatado detalhadamente não somente ao que o pressupõe, mas recebe vínculo da dimensão sociointeracional da linguagem. Dentro desta nova concepção, devemos ver o sujeito não apenas a partir de uma noção estática, mas como alguém que opera sobre o material discursivo que possui, estabelecendo dinamicidade e interação às suas relações sociais. Essa operação social ocorre através de escolhas lexicais realizadas para a concretização de suas idéias, da mesma forma, ocorre com o processo de referenciação, de acordo com o contexto disposto, realizamos as escolhas mais significativas para representar linguisticamente o processamento referencial em questão.

Uma das coisas mais extraordinárias que o ser humano possui, segundo Marcuschi (2003) é a capacidade do processo de comunicação, e a linguagem que possuímos consequentemente também exerce extrema importância dentro da projeção anafórica. Essa projeção especificamente, leva em conta aspectos interacionais, sociocomunicativos e cognitivos para ativar as inferências necessárias para cada caso. Vejamos abaixo um exemplo clássico de anáfora associativa e como ocorre o processo descrito acima:

(7) Não pegue a xícara amarela. A asa está quebrada. (SCHWARZ, 2000)

No exemplo acima, o acesso ao referente se dá através de uma relação lexical, relação realizada entre o referente e o conjunto de informações do (co) texto que o precede, mais especificamente, o elemento *xícara*. A anáfora *a asa* apesar de ser uma informação ‘nova’ no discurso, aqui é dada como elemento já conhecido, isso se deve ao fato de o termo *xícara* ativar o *frame* semanticamente marcado como sendo uma ‘parte-de’, trazendo à tona os elementos esperados nessa situação específica, e assim, manifestar o fator de saliência.

Para interpretar ou *fazer sentido* é necessária essa operação social visto que o sujeito nunca constrói o sentido em si, mas sempre para alguém - ainda que este alguém seja si mesmo (SALOMÃO, 1999). A autora ainda acrescenta que toda experiência social é, por sua vez, semantizante. Isso porque só conseguimos atuar na cena social (de caráter micro ou macro), se investimos a mesma de sentido, e isso ocorre com base em nosso conhecimento consensualizado, ou ainda nas palavras de Salomão, com base no modelo cognitivo idealizado da interação, disponível como norma de conduta.

Vimos aqui que a ação de interpretar/representar está ligada à produção de conhecimento social, no entanto, tudo isso se torna realmente sólido se compreendido juntamente com diversos outros fatores como, por exemplo, a contextualização, pois a língua de forma isolada não garante comunicação precisa (isso não significa dizer que é escassa de significação, e sim que necessita de contexto). Notamos então que a língua é sim, influente para o processo interativo, mas ela não é autônoma neste processo, ou seja, é o conjunto de vários fatores que proporciona a compreensão das expressões linguísticas contidas no discurso. Com o mesmo desígnio Sampaio (2010), comenta a respeito da autonomia da língua, inclusive no processo de referenciação:

Não sendo a língua suficiente para garantir o sucesso da interação/comunicação, assim ela também não é suficiente para o processo de referenciação. É preciso além de conhecer a língua, saber utilizá-la no processo de interação/comunicação, associando-a aos conhecimentos social, situacional e de mundo, etc. (SAMPAIO, 2010, p.5)

Esse conjunto de fatores apontados por Sampaio (2010) é um bom exemplo de como se torna possível a compreensão e entendimento de estruturas mais complexas, como, por exemplo, analogias, associação, metáforas e também anáforas associativas. A autora nos mostra ainda a ideia de que para que o enunciador de um discurso possa ter sua mensagem compreendida de forma concreta, ele deve conduzir seu processo enunciativo por diversos caminhos que leve o ouvinte a obter os conhecimentos prévios necessários. E é também por esta trilha que corre o processo referencial, pois tudo funciona dentro de ações conjuntas, de maneira que fatores isolados não produzem efeito significativo.

Mondada e Dubois (1995) afirmam que a questão da referência não pode ser encarada somente como uma equivalência entre palavras e coisas,

[pois] ao nível elementar da segmentação do mundo em categorias, os objetos não são dados segundo as ‘propriedades intrínsecas do mundo’, mas construídos através dos processos cognitivos dos sujeitos aplicados ao mundo concebido como um fluxo contínuo de estímulos. (MONDADA; DUBOIS, 1995, p.288).

As pesquisas relacionadas ao fenômeno da referenciação, responsável pela construção de sentido do texto e sua progressão temática, buscam cada vez mais abarcar o chamado processamento cognitivo que é a realização das funções estruturais da representação ligadas a um saber referente a um dado objeto, esta representação baseia-se em conhecimentos internalizados, memórias e representações.

Vimos na introdução deste trabalho, alguns traços elencados por Clark (1996) a respeito da linguagem, o qual defende a ideia de que seu uso está relacionado às ações conjuntas. Assentado na concepção de Clark (1996), Leite (2004) segue semelhante raciocínio ao afirmar que a construção do saber também envolve aspectos interacionais, e um bom exemplo disso é o entendimento de estruturas complexas, como a inferência, questão que não pode ser vista como uma atividade meramente cognitiva e não lingüística, ou vice-versa, pois na realidade, para que se possa entendê-la, há sempre um modelo

sociocultural por trás dela, o que automaticamente envolve sujeitos, que por sua vez agem em ações conjuntas, o que podemos ver nas palavras de Leite (2004):

[...] a compreensão lingüística depende do significado do falante associado às contingências contextuais que trazem ao centro da investigação semântica o que era tratado como periferia na tradição do produto, quer dizer, os usos metafóricos, os sentidos não literais, as implicaturas, ou seja, a ordem pragmática da interação social. (LEITE, 2004, p.94)

Como podemos ver, o processo referencial exige grandes saberes, muitas vezes implícitos, para sua interpretação, dessa forma, para compreendermos este processo, não basta apenas conhecermos os elementos linguísticos disponíveis e ter domínio sobre eles, pois a visão de construção do sentido depende de ações conjuntas e colaborativas dos enunciadorees.

Mondada e Dubois (1995) discutem uma questão que tem sido colocada há tempos, *como a língua refere o mundo?* Essa questão tem sido analisada sob diferentes quadros conceituais. Se os conceitos acerca dessa relação- língua e mundo- são diversos, Mondada e Dubois (1995) nos mostram que a maior parte destas concepções pressupõe que essa relação é estabelecida pela simples correspondência entre palavras e coisas. Segundo as autoras, suposto poder referencial da linguagem fundado por uma ligação direta entre esses dois elementos faz parte de uma problemática causada pelo tratamento artificial da língua. Afirmam ainda que essa estrutura conceitual é problemática pelo fato de ser baseada apenas num “mapeamento das palavras sobre as coisas” (p.19), e medido seu grau de correspondência.

Por esta razão, concordamos com o raciocínio das autoras quando apresentam uma proposta diferenciada a respeito desta discussão. Essa proposta visa reconsiderar os argumentos relativos à linguagem, no entanto, ao invés de pressupor um relacionamento direto e restrito entre palavras e coisas, desloca-se o foco da questão para outra problemática- *quais processos que constituem as entidades da língua?* Com essa proposta, Mondada e Dubois (1995) nos mostram que a questão principal da discussão presente, não é de que forma se dá a representação dos estados do mundo, e sim, como as atividades linguísticas estruturam e dão sentido ao mundo (p.20).

Segundo Salomão (1999, p. 64) as semânticas construcionistas propõem a linguagem como uma operadora da conceptualização socialmente localizada através da atuação de um

sujeito cognitivo, em situação comunicativa real, que produz significados como construções mentais, a serem sancionadas no decorrer do discurso. Conforme o fluxo interativo construímos configurações cognitivas que podem ou não ser estabelecidas no piso da interação, contudo, cabe aqui colocar que nem sempre a forma linguística está carregada de abundância significativa ou informações explícitas. Vejamos o exemplo de Salomão (1997) em que há escassez da forma linguística

(8) (a)Hoje *um violoncelista* entrou na minha frente no ônibus

(b)Hoje *um violoncelista* levantou excelentes questões em nossa aula de teoria musical.

A interpretação de cada sentença acima tem a ver com a escolha dos elementos conceptuais relevantes de acordo com o (co) texto pertencente a eles. No primeiro exemplo a representação de um violoncelista se dá pela figura de um instrumentista acompanhado de seu instrumento, o que se torna uma possibilidade de interpretação, uma propriedade externa da forma linguística. No seguinte, há uma disparidade do anterior quanto à significação, apesar do sintagma nominal *violoncelista* ser o mesmo. Essa disparidade segundo Salomão (1997) é atribuída por propriedades intrínsecas das formas derivadas do cálculo mental, baseadas na disposição comunicativa que o sujeito tem de representar um outro alguém como *violoncelista* em múltiplas situações.

Por termos inúmeros elementos linguísticos disponíveis, um enunciado pode resultar em inúmeras interpretações. Desta forma, para que tais possam ser corretamente esclarecidas a co-textualização é fator essencial sobre este domínio, os elementos estabelecem conectividade entre si, garantindo, assim, um texto coeso e relações interpretativas estabelecidas, cabendo assim aos interlocutores do discurso a realização da construção de sentido que carrega cada elemento presente no texto. Para Leite (2004) a linguagem é como uma

[...] atividade praxeológica, conjunta, situada na coordenação de ações dos indivíduos, nos permite considerar tanto o seu aspecto cognitivo quanto social no tratamento de como os falantes conjuntamente constroem suas experiências em relação ao mundo, e como constroem os modos de atuarem intersubjetivamente em relação a seus interlocutores. (LEITE, 2004, p.20)

Tais experiências citadas pelo autor e o compartilhamento de toda gama de conhecimento que possuímos nos possibilita compreender o elemento a que se faz referência num contexto enunciativo. Atesta-se então que a referenciação é um processo interacional e uma atividade discursiva (KOCH,1999), uma vez que são os interlocutores que conduzem/ controlam o discurso e a referência nele contida, onde ocorre a (re) construção do próprio sentido, e esse processo se faz possível através do domínio que os falantes possuem sobre seu material linguístico, eles possuem total controle da produção de sentido dos referentes. Contudo, é necessário lembrarmos que a distribuição de palavras num texto não é garantia de dimensão semântica e discurso coeso para nós. Mais dos que sequenciar elementos linguísticos, é preciso estabelecer relação entre ‘coisas’ ditas/ contextualizadas e significação/sentido, somente uma rede lexical localizada num sistema sociointerativo permite a produção de sentido. Assim, dizer que todo “sentido é situado equivale a postular que nada se dá isoladamente” Marcushi (1998, p.51). Esse procedimento estabelece coesão e auxilia até mesmo a compreensão dos referentes textuais, que vão contraindo sentido à medida que a cadeia textual vai se (re) construindo no processo interacional da atividade enunciativa.

Fundamentando-se nesta perspectiva, concordamos com Mondada e Dubois (1995) quanto aos referentes, atestando que estes não são ‘coisas’ do mundo real, mas são caracterizados como ‘objetos de discurso’ que se compõem no decorrer do exercício lexical, sujeitando-se ao contexto em questão.

[...] as categorias e os objetos de discurso pelos quais os sujeitos compreendem o mundo não são nem preexistentes, nem dadas, mas se elaboram no curso de suas atividades, transformando-se a partir dos contextos. Neste caso, as categorias e objetos de discurso são marcados por uma instabilidade constitutiva, observável através de operações cognitivas ancoradas nas práticas, nas atividades verbais e não-verbais, nas negociações dentro da interação. (MONDADA e DUBOIS,1995 *apud* CAVALCANTE, 2003, p.17)

A partir desta afirmação observamos que uma vez estabelecidos os objetos de discurso, eles podem ser retomados no percurso textual através dos chamados recursos coesivos, e os referentes estão inseridos nestes recursos, que estabelecem interconectividade entre os elementos, entretanto, a sustentação de sentido na superfície lingüística em algumas expressões não sustentam significação explícita, como o caso das anáforas conceituais que serão posteriormente analisadas nesta pesquisa.

Uma vez produzidos, os conteúdos implícitos são integrados à memória discursiva juntamente com os conteúdos linguisticamente validados, sendo, por isso, suscetíveis de anaforização. Quando nos deparamos com estruturas com carga de significação implícita, nossa mente reporta conteúdos inferenciais e recorre a conhecimentos lexicais já internalizados em nossa memória discursiva para assimilar a estrutura em questão a seu referente real. Koch (1999; 2002) elenca algumas estratégias de referenciação envolvidas nessa memória discursiva: a primeira recebe o título de ‘construção’, que diz respeito a um ‘objeto’ que é introduzido no texto, mas até então não fora mencionado em nenhum momento, então este ‘objeto’ passa a preencher um ‘endereço cognitivo’ em nossa rede conceptual; a segunda estratégia recebe o nome de ‘reconstrução’, diferente da primeira, aqui ela já ocupa um lugar na memória discursiva, a partir do que já se tem, é feita uma reintrodução em nossa memória operacional, e isso ocorre através de uma ‘forma referencial’; e a terceira e última estratégia proposta pela autora, é chamada de ‘desfocagem’, na qual um novo objeto de discurso é inserido, contudo, permanece em ‘*stand by*’, ou seja, ele fica em posição focal disponível à utilização em nossa memória e pode ser acionado a qualquer momento. Vale lembrar, que a ambiguidade referencial se dá neste nível.

Segundo Marcuschi (2000) toda linguagem é caracterizada como forma de cognição, assim sendo, podemos compreender melhor estruturas conceituais mais complexas (como o caso das anáforas associativas) através de propriedades cognitivas, como pontua o autor:

Esse é o caminho, que vai do código para a cognição e, neste percurso, tudo indica que o conhecimento seja um produto das interações sociais e não de uma mente isolada e individual. A cognição passa a ser vista como uma construção social e não individual, de modo que para uma boa teoria da cognição precisamos, além de uma teoria linguística, também de uma teoria social. (MARCUSCHI, 2003, p.45)

O trecho escrito por Marcuschi (2003) nos mostra que temos um sistema de comunicação linguístico e também um sistema de comunicação do mundo, mas não podemos conhecer um sem conhecer o outro e vice-versa. Também nos mostra a necessidade da ação sociocognitiva sobre a formação do conhecimento em virtude da insuficiência estrutural de outras teorias, o que torna importante o aporte da LC para o esclarecimento do processo de construção de conceitos das anáforas associativas no âmbito jornalístico.

2.1 Anáforas

O fenômeno de correferência que ocorre na linguagem natural consiste em duas ou mais expressões de um texto que se referirem a uma mesma entidade do discurso. Caso uma entidade seja referenciada pela primeira vez em um texto, a expressão que a descreve é dita nova no discurso. Quando tal entidade é retomada, a expressão que a descreve é a dita **anafórica**, e a expressão anterior é considerada seu antecedente. (MARCUSCHI, 1998)

Dentre o amplo leque de fenômenos linguísticos que compõem a dinamicidade de nossa língua, temos alguns recursos formais que auxiliam o leitor na compreensão contextual, como por exemplo, os referentes, que organizam estruturalmente o texto.

Inserido no fenômeno da referenciação, encontramos uma estratégia de textualização muito presente em nosso cotidiano, que são as relações anafóricas. Para melhor compreensão deste recurso linguístico, recorremos a algumas definições: Koch (2004, p.244) afirma que “são formas referenciais anafóricas os grupos nominais com função de remissão a elementos presentes no co-texto ou detectáveis a partir dos outros elementos nele presentes”; já Othero e Haag (2003) entendem anáfora como o fenômeno que possui dependência interpretativa entre dois segmentos de vertentes variáveis.

Faz-se necessário ressaltar que a anáfora há algum tempo era relacionada a concepções limitadas e conceitos enclausurados. Estas concepções ou conceitos eram divididos em basicamente três características: a retomada de um antecedente; presença de um elemento anaforizante (o que retoma) e outro, anaforizado (que é retomado), ou seja, segundo esta concepção, a relação anafórica acontece quando um elemento linguístico retoma outro [chamado referente] já citado no contexto anterior. Segundo este ponto de vista, a relação anafórica está associada a uma relação direta e também explícita entre a anáfora e seu referente. Estudos mais avançados na área como, Marcuschi (2003) e Milner (2003) contribuem para a reconstrução da concepção de anáfora. Eles entendem que anáfora, é sim, um elemento que faz referência a outro no discurso, mas deixam bem claro que a correferencialidade entre eles pode existir ou não.

Halliday e Hasan (1976, *apud* KOCH e TRAVAGLIA, 2002) afirmam que uma relação clássica entre anáforas se dá por expressões pronominais, que escassas de significação momentaneamente, só adquirem interpretação porque estão correlacionadas a elementos já citados no contexto. Contudo, vale ressaltar que expressões anafóricas possuem

propriedades diferentes, e quanto a essa problemática não é correto restringir o conceito de anáforas ao que remete a um antecedente específico, pois o antecedente exposto no contexto, às vezes, pode ser considerado dispensável para a interpretação anafórica em questão, que é o caso das anáforas associativas, foco especulativo desta pesquisa, Apóthéloz (1995). O mesmo discute no primeiro capítulo de sua tese este tipo de expressão, e diz que os sintagmas nominais constituem-se de duas características: a primeira a respeito de certa dependência interpretativa relativamente a um referente anteriormente (às vezes posteriormente) introduzido ou designado. A outra característica relata é a ausência de correferência com a expressão que introduziu ou designou anteriormente (às vezes posteriormente) esse referente, ou seja, apenas identificar a expressão anafórica não é suficiente para que haja a concreta compreensão de uma estrutura, neste processo interpretativo recuperamos conhecimentos implícitos e mecanismos inferenciais. Vejamos isso através de um exemplo de anáfora em uma reportagem da Revista Época (2009)

(9)

Primeiro Plano
Fatos, Pessoas, Ideias e Tendências Que Traduzem o Espírito do Tempo

Personagens da semana
Bill Clinton e Kim Jong-il

O sedutor e o ditador

Como Clinton libertou duas jornalistas presas na Coreia do Norte

Nelito Fernandes
NO XADREZ, o cavalo é a única peça que pode pular as outras. Ele não é tão poderoso quanto a rainha e não tem a importância do rei, a quem é vetado mover-se para uma casa que esteja sob ataque ou capturar uma peça defendida pelo adversário. No intrincado tabuleiro das relações internacionais, o ex-presidente BILL CLINTON moveu-se como cavalo na semana passada. Ele soube pular as peças certas para salvar as duas jornalistas americana-

nas mantidas presas pelo governo da Coreia do Norte. Laura Ling e Euna Lee estavam condenadas a cumprir 12 anos de trabalhos forçados por entrar ilegalmente no país. Clinton foi até lá, as libertou e pagou posando para fotos ao lado do ditador Kim Jong-il, uma espécie de leproso no mundo da

O PODER
Clinton ao lado do ditador norte-coreano Kim Jong-il, que se recusou a negociar com outros enviados dos EUA

Foto: KCNA/Reuters

10 de agosto de 2009. **ÉPOCA** > 13

(Revista Época, 10 de agosto de 2009, p. 13)

Se observarmos esta reportagem podemos notar que os Sintagmas Nominais *o sedutor* e *o ditador* representam neste contexto casos de anáforas associativas. Isso, claro, se levarmos em consideração a forma com que foram aqui apresentadas, ou seja, não há no campo semântico sentenças explicativas em relação aos termos utilizados. Não há pistas linguísticas no texto, a única referência direta contida na página são as imagens e o nome de ambos. Sendo assim, como conseguimos relacionar o ex-presidente Bill Clinton como *sedutor* e como *ditador*? Informações previamente absorvidas pelos interlocutores deste discurso, conhecimento de mundo e experiências auxiliam no raciocínio de que ex-presidente Bill Clinton se relacionou com sua secretária Monica Samille Lewinsky, envolvendo-se num escândalo sexual, e por isso o nome *sedutor*. Já Kim Jong-il é tido como *ditador* baseado em sua situação política.

Segundo Koch e Marcuschi (1998) o processo de retomada anafórica é considerado uma estratégia de progressão discursiva, mas ‘o elemento’ de forma singular (assim como anáforas, catáforas, metáforas) não carrega consigo toda bagagem de informações necessárias para a transmissão de um sentido concreto. Para a construção de sentido é necessária a produção de inferências e modelos cognitivos compartilhados pelos interlocutores de um discurso, assim como fora explicado no primeiro capítulo deste trabalho- a referenciação.

É válido lembrarmos que as expressões anafóricas não apenas retomam um determinado segmento textual, mas também introduzem um novo referente dependendo das expressões referenciais presentes no discurso. É possível então verificar que a anáfora pode constituir-se de várias interpretações. Vieira (2002) define quatro classificações para este fenômeno linguístico:

- a) Anáfora direta= as antecedidas por uma expressão que possui o mesmo nome-núcleo e refere-se à mesma entidade no discurso.
- b) Anáfora indireta= as antecedidas por uma expressão que não tem o mesmo nome-núcleo do seu antecedente, mas refere-se à mesma entidade já introduzida no discurso.
- c) Anáforas associativas= possuem um antecedente textual não correferente no qual seu significado está ancorado.
- d) Novas no discurso (não-anafóricas) = introduzem um novo referente no texto e não possuem âncoras para apoio semântico.

Ressaltamos aqui as três primeiras exemplificações do autor. Em (a) ele postula o caso que ocorre com mais frequência em nosso cotidiano, uma expressão anafórica remete diretamente ao seu antecedente já citado no discurso.

(10) Em uma manhã ensolarada, Heitor encontrou uma linda cachorrinha, pequena e toda branquinha, e deu a **ela** o nome de Blanche.

(KOCH e ELIAS, 2006, p.131)

Em (b), o caso da anáfora indireta é antecida por um elemento não explícito que é correferencial de forma indireta. Abriremos aqui um pequeno parêntese a fim de esclarecer que as semelhanças existentes entre a segunda e a terceira classificação definida por Vieira (2002), ou seja, entre as anáforas indiretas e associativas, serão explicadas na subseção seguinte.

Marcuschi (2000, p.1) define as anáforas indiretas como “o fenômeno textual de expressões nominais definidas ou pronomes interpretados referencialmente sem que lhes corresponda um antecedente explícito no texto”. Sobre tal classificação, podemos observar segundo Koch (2004) que existe um subtipo de anáfora dentro das ‘indiretas’ chamadas de ‘associativas’ :

Têm-se anáforas indiretas toda vez que um novo objeto de discurso é introduzido, sob o modo do dado, em virtude de algum tipo de relação com elementos presentes no co-texto ou no contexto sociocognitivo, passível de ser esclarecida por associação e/ou inferenciação (KOCH, 2004, p.253).

(11) (b-1) O belo vaso da tia Erna é frágil. A porcelana é muito fina.

(b-2) Eu quero ir novamente à praia. Adoro o barulho das ondas.

(SCHWARZ, 2000)

Este clássico exemplo de anáforas indiretas utilizado por Schwarz (2000) é analisado também por Cavalcante (2000), que esclarece que a relação associativa entre os elementos destacados só é estabelecida por meio de “*conhecimento de mundo, de estereótipos culturais partilhados entre os interlocutores*”, contudo, nem sempre é suficiente saber apenas que ‘praia’ está relacionada a ‘onda’ (b1), não é somente uma aproximação significativa, é necessária a relação entre o objeto e o mundo, como por exemplo em (b2) onde há uma associação metonímica entre “vaso” e “porcelana”. Cavalcante (2004) explica que a questão da interpretação só é alcançada com plenitude se somada aos conhecimentos de mundo que

atuam sobre o material do tipo porcelana e sobre a idéia de “objeto quebrável” que aí está implicada.

E retomando a terceira classificação realizada por Vieira (2002) a respeito das anáforas dadas como ‘associativas’, temos em Cavalcante (2000), que esta concepção assim como a de anáfora indireta a associativa é oriunda não apenas de aspectos referenciais, mas talvez principalmente de determinações lexicais ou sistêmicas. Na mesma esteira, Zamponi (2003) elenca duas propriedades de identificação da associativa:

- ✓ Refere-se a um objeto que é novo no discurso e que não foi, conseqüentemente, mencionado explicitamente no discurso anterior;
- ✓ Pode ser interpretada referencialmente somente em relação a dados introduzidos anteriormente no universo de discurso (sem relação de correferência), propriedade que justifica o termo anáfora.

Encaixa-se nas propriedades acima o exemplo abaixo, o qual tem o Sintagma Nominal SN destacado e introduz um novo ‘objeto de discurso’, cuja interpretação só se torna possível a partir do contexto, mas especificamente traduzido como "*uma fazenda sem vida*".

(12) Estavam no pátio de uma fazenda sem vida. **O curral deserto**, o chiqueiro das cabras arruinado e também deserto, a casa do vaqueiro fechada, tudo anunciava abandono. Certamente o gado se finara e os moradores tinham fugido. (Ramos, Graciliano. *Vidas Secas*.)

Em outro caso de anáfora associativa Silva (2008) procura esclarecer tipos de mecanismos de coesão, coerência e fatores responsáveis pela textualidade.

A anáfora é uma forma de retomada de um segmento anteriormente citado no texto, mas há casos diferenciados sobre este tipo de elemento, como o que a autora Silva (2008) aborda: a questão de algumas anáforas violarem a restrição morfológica, tendo a anáfora e seu antecedente traços semânticos de gênero iguais e número diferente, com isso, vale ressaltar que a correferencialidade neste caso nem sempre está imediatamente ligada ao pronome. Vejamos abaixo o exemplo utilizado pela autora em sua pesquisa.

- (13) O jornalista acompanhou **o time** ao estádio. **Eles** fizeram uma partida importante.

(SILVA, 2008)³

Neste caso ‘*eles*’ refere-se de forma direta aos jogadores que compõem o time, e de forma indireta ao ‘*time*’.

É totalmente possível compreendermos tal sentença, pois a partir de fenômenos como o aqui abordado podemos estabelecer as relações semânticas entre os itens lexicais e analisá-los sob aparato cognitivo. Isso porque durante a leitura, também estabelecemos relações entre fatores linguísticos e extralinguísticos e o exemplo acima exige de nós maior elaboração cognitiva para que se dê a compreensão da sentença. O indivíduo precisa constituir conexões entre as informações ‘novas’ e as que foram de certa forma anteriormente citadas ou já fazem parte de seu conhecimento lexical internalizado.

2.1. 1 Anáfora Associativa

As anáforas associativas encontram-se de certa forma ancoradas em domínios cognitivos, pois mecanismos linguísticos e cognitivos estão estreitamente imbricados.

Não se trata apenas de formas de remissão de expressões anafóricas a um elemento contido no texto, mas de (re) ativação de memória que consigo desencadeia uma série de outras funções cognitivas para compreendermos essas relações sem a necessidade de retomada ou correferenciação. Um exemplo de anáfora associativa muito utilizada em artigos é o de Apóthéloz (2003). É considerado ‘desencadeador’ o antecedente da anáfora associativa *uma cidade*, e de ‘associados’ os sintagmas definidos cujo emprego como primeira menção de um referente se torna possível graças ao desencadeador.

- (14)(a) Nous arrivâmes dans um village. L’église était fermée.

- (b) Nós chegamos a uma cidade. A igreja estava fechada.

(APÓTHÉLOZ, 2003 *apud* CAVALCANTE, 2003, p.76)

³ O exemplo utilizado por Silva (2008) insere-se na classificação de anáfora conceitual e indireta, todavia, nesta análise o exemplo possui todas as características referentes ao conceito ‘associativo’ de anáfora, pois consideramos aqui a concepção ampla da anáfora, que será detalhada mais adiante.

As caracterizações sobre a anáfora associativa são diversas, por este motivo, veremos algumas breves concepções acerca deste fenômeno partindo do ponto de vista de vários estudiosos.

Em sua atividade de retomada, o elemento anafórico “associativo” segundo Apótheloz e Reichler – Béguelin (1999) é chamado de anafórica porque já é um objeto conhecido, embora não citado de forma explícita no discurso. Entretanto, mesmo já sendo conhecido, é tido como “novo” neste discurso. A expressão anafórica está sempre ligada a um elemento de forma direta ou indireta e tem o papel de recuperar este elemento no contexto, assim sendo, *onde está a âncora do elemento anafórico nesta situação?* Para tal questão, os mesmo autores nos dão suporte e esclarecem que por este motivo essas anáforas são classificadas como associativas, pois sua “âncora” não está localizada no contexto em si, mas nas relações informacionais do “universo do discurso” ressaltando aspectos sociocognitivos interacionais que os autores expõem.

Marcuschi (2000) e Schwarz (2000) também trazem grande contribuição para a concepção deste fenômeno. Como já foi aqui explicitado, segundo esses autores, as anáforas associativas fazem parte de um subgrupo das anáforas indiretas que estabelecem relações referenciais constituídas por sintagmas nominais definidos (ALVES, 2009). Segundo Marcuschi (2000) os referentes são ativados porque estão “ancorados” em elementos do discurso. Com aporte em Schwarz (2000) o autor assevera algumas características da anáfora indireta que são bastante próximas das associativas:

- a) inexistência de uma expressão antecedente explícita para a retomada e presença de uma âncora, isto é, uma expressão ou contexto semântico base decisivo para a interpretação da anáfora indireta;
- b) ausência de relação de correferência entre a âncora e a anáfora indireta, dando-se apenas uma estreita relação conceitual;
- c) construção de um novo referente (ou conteúdo conceitual) e não busca ou reativação de elementos prévios por parte do receptor;
- d) realização por meio de elementos não pronominais, sendo rara sua realização pronominal.

(MARCUSCHI, 2000, p.9)

Estes dois tipos de anáforas possuem definições próximas por estarem inseridas no mesmo jogo complexo de processos inferenciais. Marcuschi (2005) não nos traz um conceito sobre anáfora associativa, contudo, elenca características que compõem as anáforas indiretas que se assemelham às associativas. Note no exemplo abaixo utilizado pelo autor que os sintagmas destacados introduzem novos referentes:

(15) *Maria* pretende *casar* no final do ano.

E: e o que é que *ele* faz?

(MARCUSCHI, 2005, p.67)

Aspectos como a não-vinculação da anáfora com a correfencialidade; a não-vinculação da anáfora com a noção de retomada e a introdução de um referente novo (p. 10) são elencados por Marcuschi (2000) para evidenciar características dos elementos anafóricos.

As anáforas associativas são de caráter essencialmente pragmático do fenômeno anafórico, o que equivale dizer que, há extrema necessidade de negociação entre os interlocutores de um discurso, pois um indivíduo não formula seu discurso sem antes o locutor analisar a capacidade de compreensão e interpretação de indivíduo (interceptor); fatores como inferência e conhecimento compartilhado e prévio somam para o estabelecimento de conexão entre anaforizante e anaforizado, pois estes fatores atuam como pontapé inicial para compreensão de expressões anaforizadas, como podemos ver no exemplo utilizado por Schwarz (2000)

(16) Nos últimos dias de agosto... a menina Rita Seidel acorda num minúsculo *quarto de hospital*... *A enfermeira* chega até a cama...

(SCHWARZ, 2000, p.111)

No exemplo acima, podemos perceber que o sintagma nominal *a enfermeira* não reativa nenhum elemento citado anteriormente no texto, porém este sintagma está ancorado no elemento precedente *quarto de hospital* que, como um esquema cognitivo, nos possibilita ativar muitos outros elementos possíveis para este contexto, entre eles, *a enfermeira*.

Outra concepção sobre o fenômeno desta pesquisa é a de Kleiber (1994). Para ela a anáfora associativa fundamenta-se em relações convencionais necessárias ou estereótipos. A

partir de uma abordagem mais semântica, Kleiber (1994) considera esse tipo de relação anafórica de “natureza léxico-estereotípica”, ou seja, a associação anafórica depende da relação estabelecida entre os lexemas em questão. Embora este autor trabalhe com exemplos construídos [o que é bastante criticado por Apótheloz (1995)] ele trata esse tipo de discussão a partir de processos inferenciais, o que declina para aspectos cognitivos.

Pesquisadores que se dedicam à referencialidade, ou mais especificamente ao fenômeno anafórico, têm ganhado um vasto espaço no meio acadêmico e com frequência surgem conflitos conceituais quanto à classificação dos diversos tipos de anáforas existentes. Isso, porque em alguns casos, existem semelhanças, como o exemplo das anáforas indiretas e associativas, bem próximas, a segunda é atrelada apenas a um subtipo da primeira (MARCUSCHI, 2000), contudo, dois aspectos têm sido unânimes nas pesquisas sobre este fenômeno conforme Cavalcante (2003)

- ✓ A realização contínua de referencialidade de objetos de discurso, sendo estes inferíveis ou não;
- ✓ A introdução de novos referentes no discurso, mesmo sem nenhum tipo de “continuidade referencial”

Como podemos observar, são abundantes as concepções acerca de tal ‘atividade discursiva’ Koch (2005), no entanto, se tivéssemos que delimitar tais considerações teríamos da seguinte maneira segundo Zamponi (2003):

- ✓ Uma que considera a anáfora associativa um subtipo da anáfora indireta;
- ✓ E outra considera como anáfora associativa todas as expressões referenciais cuja interpretação coloca em jogo processos inferenciais

(ZAMPONI, 2003, p. 6)

Dito isto, podemos compreender o funcionamento da anáfora associativa a partir de duas vertentes: uma como base numa tese léxico – estereotípica, constituída entre outro, por Kleiber (1994); e outra de natureza discursivo – cognitiva, postulada por Charolles (1994)

A anáfora associativa firma-se numa relação de não correferência, ou seja, o elemento anafórico não está diretamente ligado ao referente que o antecede no texto. Vejamos o exemplo fabricado:

(17) A Polícia Rodoviária Federal inspecionou o carro. O farol dianteiro esquerdo estava quebrado.

Como no exemplo, muitas vezes há inexistência de identidade lexical ou semântica. Para tanto, atribuir sentido a estes elementos ligados de forma indireta são necessários processos de interpretação simples ou complexo. Podendo aqui, de forma figurativa, chamar de processo interpretativo simples, quando o sujeito obtém êxito na interpretação através de informações explícitas, dadas na superfície do discurso. E processo interpretativo complexo, quando as principais informações do texto não estão em sua superfície, e por isso necessita de estabelecimento informacional a partir de reflexões, inferências, memória armazenada, etc.

Quando se fala em anáforas, especificamente associativa, a perspectiva de Kleiber (1994) é mais utilizada, mas não consensual. É preciso sublinhar aqui que há diferentes ideologias referentes a esta questão, o que acaba estabelecendo “confrontos” como por exemplo que o estereótipo se define como uma categoria passível de ser considerada como um equivalente social do protótipo, sendo constituída por expressões idiomáticas, locuções, fraseologias e frases feitas que representam memorizações dos falantes em situação de comunicação. Contudo, vale salientar que em Kleiber (1994) há sim produtividade na abordagem do tratamento da anáfora associativa, pois trata deste fenômeno tendo como aporte processos inferenciais. Contudo, como debates ideológicos não são objeto de interesse dessa pesquisa, voltemos à noção de anáfora associativa.

Uma vez que este estudo tem perspectiva de natureza cognitiva concordamos com Silva (2004) na perspectiva de que seria mais pertinente a abordagem da anáfora associativa em função da noção de protótipos, no sentido de uma construção cognitiva armazenada na memória dos falantes, cuja recuperação permite categorizar os objetos do mundo extralinguístico mediante uma atividade interpretativa fundada num conjunto de saberes partilhados pela comunidade dos falantes ou de natureza pessoal, subjetiva.

Apótheloz (1995) considera ‘estruturas construídas’ como exemplos breves e depurados de todo contexto, todavia, Kleiber (1994) argumenta com consistência a sua

escolha por este tipo de exemplos, e afirma que desta forma “mantém o “fio” semântico e a neutralidade de elementos contextuais” que possam vir atrapalhar sua análise. O exemplo abaixo é um clássico, e foi utilizado por Kleiber (1994) para defender a ideia de que estruturas breves, podem, sim, ser bons elementos de estudo quando se trata de questões interpretativas.

(18) (a) Ele se abrigou sob *uma velha tília*. **O tronco** estava trincado.

(b) Paulo foi *ao teatro*. **Eles** estavam encenando Shakespeare.

(KLEIBER, 1994, *apud* ZAMPONI, 2003, p.71)

As duas orações acima possuem expressões anafóricas, *o tronco* e *eles*. Embora estas expressões sejam introdutoras de novos referentes no discurso e sejam interpretadas através de outras expressões já citadas anteriormente. Para esta autora adepto à concepção estreita de anáfora, somente o exemplo (a) é considerado um caso de anáfora associativa, isso se explica através da seguinte relação: “*a possibilidade de introduzir uma nova referência contida na expressão anafórica por meio de outra referência mencionada previamente implica que há algum tipo de relacionamento entre essas duas referências*” (ZAMPONI, 2003, p. 74). Para a autora, essa relação não é apenas contextual, mas trata-se de uma relação do tipo léxico-estereotípica, defendida por Kleiber (1994), que será vista na seção seguinte deste trabalho.

Das diversas posições até aqui defendidas acerca do fenômeno *anáfora*, em síntese podemos dividi-las em duas concepções de forma geral- a nosso ver-: uma chamada associativa e a outra, indireta. Apesar da estreita semelhança entre ambas, optamos nesta pesquisa pela anáfora associativa, que por sua vez divide-se em duas concepções: estreita e ampla, sendo a última adotada na discussão do nosso estudo, como veremos na seção seguinte.

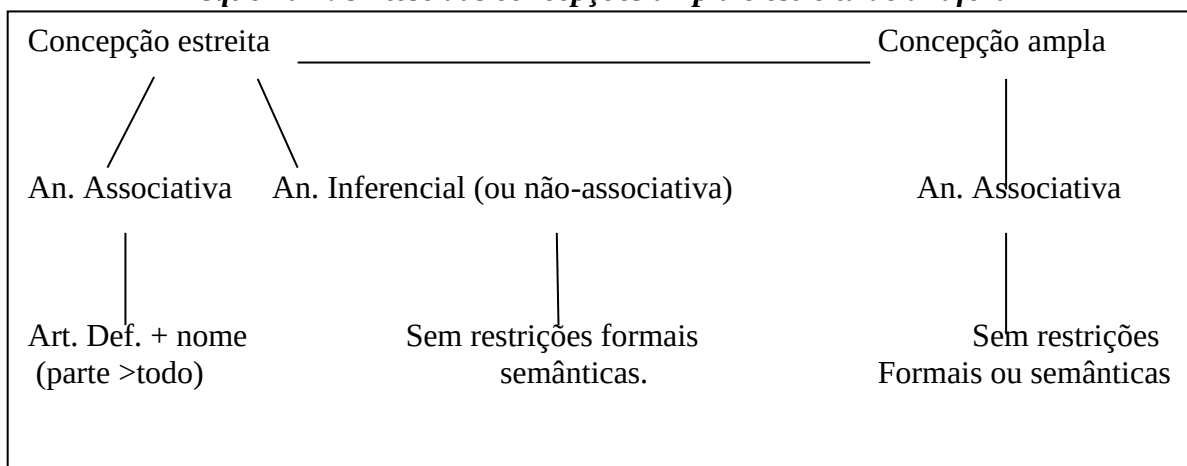
2.2 Concepções de Anáfora Associativa

2.2.1 Concepção Estreita

Autores como Kleiber (1994) e Charolles (1994) encabeçam esta vertente do fenômeno anafórico. Segundo Zamponi (2003), para os pertencentes deste ‘grupo’ o elemento anafórico da anáfora associativa referem-se a um objeto que não foi mencionado de forma explícita no contexto que o antecede. Para os estudiosos desta concepção o conceito de anáfora associativa vai além da relação anafórica ‘indireta’. Embora ainda dentro da mesma concepção, Kleiber (1994b) e Charolles (1994) se opõem de certa maneira, pois o primeiro afirma que a relação associativa é de natureza léxico-estereotípica e considera apenas os Sintagmas Nominais definidos, não permitindo a associação por meio de pronomes ou demonstrativo, pois quando por estes ocorre resulta-se em anáfora indireta e não associativa.

Vejamos no esquema abaixo como são sintetizadas as concepções de anáforas que os autores propõem em cada uma das vertentes, a concepção estreita sob a perspectiva de Kleiber (1994) e a concepção ampla do ponto de vista de Apothelóz e Reichler-Béguelin (1995):

Esquema 2: síntese das concepções ampla e estreita de anáfora



(ALVES, 2009, p.21)

Charolles acredita que essa relação da concepção estreita pode ser abordada numa perspectiva cognitivo-discursiva, mas também assevera que o pronome é desprovido de informação lexical. Vejamos abaixo os exemplos utilizado por Alves (2009):

(19) Note-se que o narrador, seguidas vezes, compara Iracema à natureza exuberante do Brasil. E a virgem leva sempre vantagem. **Seus cabelos** são mais negros e mais longos, **seu sorriso** mais doce, **seu hálito** mais perfumado, **seus pés** mais rápidos.

(20) Iracema é filha de Araquém, pajé da tribo tabajara, e deve manter-se virgem porque “guarda o segredo da jurema e o mistério do sonho. **Sua mão** fabrica para o Pajé a bebida de Tupã”.

(Disponíveis em: <http://fredb.sites.uol.com.br/iracema.html>).

As expressões referenciais acima buscam seu referente em *Iracema* ou *a virgem* (anáfora associativa), como no exemplo (19), que, por sua vez, retoma também *Iracema*. Concordamos com Alves (2009) ao dizer que os termos ‘Seus cabelos; seu sorriso; seu hálito e seus pés’ são introdutórios de novos referentes e não retomam *Iracema*. Esses novos referentes vão, então, buscar no contexto o que antecede sua relação, que Alves (2009) considera “parte-todo”.

Os estudiosos desta concepção entendem que o conceito de anáfora associativa exige a interferência de outros critérios para defini-la, e não somente a relação anafórica indireta, como o tipo de expressão anafórica e a natureza da relação indireta (ZAMPONI, 2003, p.76).

2.2.2 Concepção Ampla

Passemos agora para a concepção a que somos adeptos nesta pesquisa- concepção ampla de anáfora associativa. Faz-se aqui necessário ressaltar que, seguimos esta perspectiva pelo fato que focamos nos aspectos cognitivos interacionais, levando em consideração a forma linguística e também o indivíduo como sujeito ativo sobre o material lingüístico que possui.

Alguns partidários desta concepção são Berrendoner (1994) , Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), Marcuschi (2000), Cavalcante(2000) e Koch (2003). Tais autores, diferentemente de Kleiber e Charolles, consideram que o SN definido, pronome e demonstrativo podem, sim, vir a constituir um elemento anafórico. Para melhor compreensão vejamos abaixo um exemplo utilizado por Marcuschi (2000):

(21) Estamos *pescando* há mais de duas horas e nada, porque *eles* simplesmente não mordem a isca.

Podemos aqui perceber que o elemento anafórico não correferencia a nenhum antecedente, contudo, aponta um novo referente no discurso ‘peixes’, que embora não citados explicitamente são tidos como ‘conhecidos’ no contexto, garantindo satisfação do significado da anáfora associativa em questão.

Ainda em relação à concepção ampla de anáfora Apothéloz (2003, p.47) afirma que, esta acarreta consequências para a noção de antecedente, como:

- ✓ Um anafórico não “se refere ao seu antecedente” (a não ser em casos de expressões metalinguísticas ou metadiscursivas); as formas de retomada também são expressões referenciais no sentido mais geral do termo;
- ✓ O antecedente não é um elemento indispensável ao funcionamento das formas de retomada;
- ✓ O antecedente estabelece relação semântica com a forma de retomada dentro do contexto de enunciação;
- ✓ O funcionamento das retomadas anafóricas e das expressões referenciais em geral está intimamente associado à construção dos sentidos do texto.

Os fatores acima característicos a concepção ampla deste fenômeno podem ser sintetizados por duas propriedades definidas por Berrendonner (1994): a primeira, postula que a anáfora é tida como não correferencial. Isso, porque um elemento anafórico faz referência a outro que *não* foi mencionado no texto anterior. A segunda propriedade diz que a configuração discursiva é chamada de anafórica porque seu referente só pode ser compreendido graças às informações obtidas no interior do texto. Portanto, Berrendonner (1994), partidário desta concepção, a qual mais nos aproximamos, reúne nestas propriedades a configuração discursiva que uma expressão referencial pode apresentar. Assim sendo, visamos a partir da concepção ampla da anáfora associativa a dinâmica textual e a construção de sentidos dos objetos de discurso, pois acreditamos que tais fatores encontram-se acima das restrições relativas aos aspectos formais de uma expressão anafórica.

2.3 A Questão da Inferência

Procuramos aqui esclarecer alguns fatores suficientes para compreensão do papel da inferência no modo de considerar o estudo da anáfora associativa. Apesar de a inferência não ser objeto central, ela é de importância vital para entender os processos pelos quais os sujeitos compreendem e produzem as anáforas associativas.

[...] um texto é explícito quando fornece informações suficientes para que o destinatário possa identificar o quadro referencial para sua interpretação, o que leva à realidade de que nem tudo é dito/explicitado verbalmente em um texto, na medida em que as inferências, pressupostos, subentendidos e intenções – que compõem o quadro do implícito em um texto – estão relacionados às condições cognitivas de interpretação do leitor/ouvinte e às estratégias de verbalização do produtor, num constante processo de negociação. (MARCUSCHI, 1999)

O processo inferencial conforme Silva (2004) ocorre quando o elemento ausente é relevante à construção referencial e semântica do texto com este processo ativações informacionais ocorrem resultando em formas linguísticas.

Podemos destacar no trecho acima duas questões, as condições cognitivas e as estratégias utilizadas no processo de negociação. Essas duas questões estão relacionadas a outra, simples e abrangente, o texto é uma atividade estratégica (KOCH, 2006), ou seja, implica da parte dos interlocutores a realização de escolhas mais significativas dentre as diversas possibilidades que a língua oferece.

Organizada pelo sujeito numa estrutura, é certo que a compreensão não se dá apenas pelas informações superficiais do texto, uma vez que realizamos processos mais complexos, como quando selecionamos elementos linguísticos para tornar concreto nossas formulações e pensamentos. Partindo deste princípio, Koch (2006) afirma que, no processo de leitura de um texto, o fator ‘compreensão’ deixa de ser entendido como ‘a captação de informações’ e passa a uma ‘atividade interativa’ com alto nível de complexidade de produção de sentido. Um grande exemplo desta afirmação para a autora é a ‘gama de implícitos’ ocorrentes num texto. Segundo ela, os interlocutores participantes do discurso só obterão êxito na compreensão se partilharem do mesmo contexto sociocognitivo, e esclarece da seguinte forma

O leitor/ouvinte, por sua vez, espera sempre um texto dotado de sentido e procura, a partir da informação contextualmente dada, construir uma representação coerente, por meio da ativação do seu conhecimento de mundo e/ ou deduções que o levam a estabelecer relações de causalidade. (KOCH,2006, p.31)

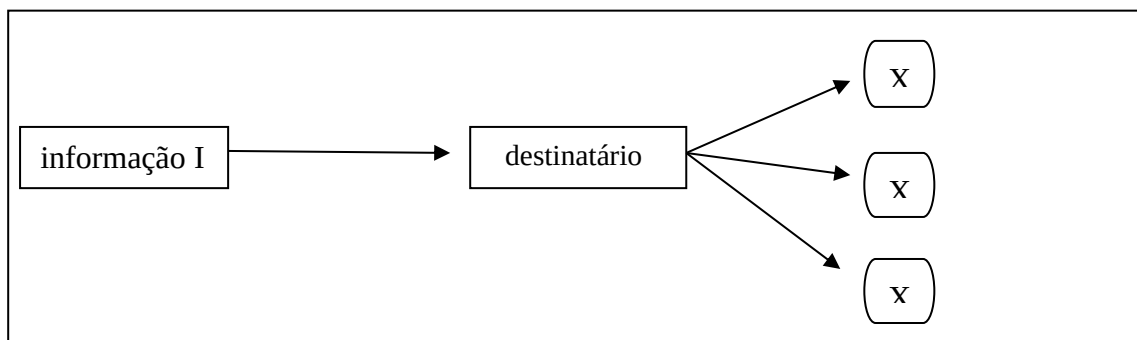
O sujeito é ativo sobre o material linguístico que possui, assim sendo, há intencionalidade no percurso de construção de seu discurso. Na construção do que se quer dizer, são feitas escolhas para integrar da melhor forma a argumentação e o conteúdo que se deseja transmitir. Acompanhar as oscilações do processamento discursivo é algo complexo e exige muitas vezes mais do que a compreensão da superficialidade do texto, em outras palavras, a estrutura textual não depende somente de si, a maior parte de sua significação, muitas vezes, encontra-se em outros “níveis” (cabe lembrar a metáfora de texto como iceberg) desta forma o elemento implícito é recuperado via inferenciação. Quando isso ocorre nosso cérebro recorre à informações como conhecimento pessoal, compartilhado e de mundo, tanto no contexto situacional quanto no sócio-histórico, ou seja, fatores que Marcuschi (2000) chama de “inferências contextuais” são acionadas.

É necessário localizar no texto as “pistas textuais” que ele nos dá, pois estas possibilitam ativar e estabelecer relações inferenciais, cabendo aqui sublinhar que a inferência assim como os processos cognitivos também é um dos elementos imprescindíveis à textualização.

Novamente recorrendo à metáfora, Koch (1995) compara o texto discursivo com um “mapa da mina”, e no percurso para ir ao encontro do tesouro [compreensão] deste ‘mapa’, utilizamos estratégias, aqui representadas pela construção de hipóteses interpretativas. À medida que caminhamos em direção ao tesouro, as hipóteses formuladas num primeiro momento podem ou não ser concretizadas, ou ainda modificadas na interação comunicativa, e tudo isso depende das contribuições que cada interlocutor cederá ao outro para estabelecer a construção de sentido.

Em Marcuschi (1998) podemos observar que o contexto cognitivo é grande influente na construção de possíveis sentidos. O autor afirma que a produção de um texto assemelha-se à produção de propostas de significação, em que estas propostas não são estáveis, pois o sentido em si só é efetivado no ato de processamento entre interlocutores do discurso. Segundo Zamponi (2003) a questão inferencial esclarece que sob qualquer domínio, a estrutura a ser interpretada é vista como um *percurso do explícito para o implícito*, onde podemos compreender da seguinte forma:

Esquema 3: Percurso do explícito para o implícito



*destinatário **recebe** a informação I e é **capaz de formular** outras informações (x)*

Este “percurso” dentro do caso anafórico é abordado pelo autor a partir de dois aspectos que estão extremamente imbricados:

- ✓ Elemento desencadeado da inferência;
- ✓ Processo/modo da resolução anafórica.

Ainda conforme Zamponi (2003), ambos os aspectos possuem implicações consideráveis. Na primeira afirmação temos a semântica léxica – discursiva como aporte para esclarecimento da inferência na relação associativa, ou nas palavras da autora,

[...] mencionando o antecedente, o interlocutor ativa o seu conhecimento estereotípico do referente denotado e as propriedades típicas que lhe são associadas, de tal modo que, quando introduzido o referente x da expressão anafórica, o interlocutor não faz qualquer esforço para compreender de que referente se trata, uma vez que este se encontra já disponível no modelo contextual depois da evocação referente (ZAMPONI, 2003, p. 16).

Já na segunda afirmação, o processo inferencial se desencadeia com a expressão anafórica. Os dois aspectos “estão intimamente ligados, pois a descrição do cálculo inferencial depende da determinação da expressão que o desencadeia” (ZAMPONI, 2003, p. 95).

Podemos ver a inferência como um dos fatores essenciais no processo comunicativo, e também um processo cognitivo de grande relevância para a atividade de interpretação dos sentidos, pois auxilia na organização da construção textual. Em diversas situações, como, por exemplo, em uma frase que tenha mensagem não explícita, nos utilizamos deste fator

linguístico para tentar buscar seu real sentido, o que podemos ver através do exemplo abaixo:

(22) A equipe médica deu alta hoje ao presidente Lula. **Eles** disseram [...]

Nesta sentença há relação anafórica de forma indireta, o pronome *eles*, e para a construção de seu sentido faz-se necessário relacioná-lo com o (co) texto que o antecede. Se o elemento anafórico não estivesse precedido por um conjunto de entidades referidas, dificilmente conseguiríamos achar buscar seu sentido. O conjunto de informações que precedem a anáfora, constituem o *frame* necessário para a (re) ativar conhecimentos de mundo internalizados e realizar processos inferenciais, os quais auxiliarão no desfecho do sentido da anáfora *eles*. Marcas linguísticas presentes no texto nos trazem a seguinte informação: uma equipe médica é formada por vários médicos. E quando nosso cérebro compreende a informação transmitida, não há estranhamento nem dificuldade ao ler a oração, mesmo tendo a anáfora e seu antecedente, traços de gênero e número diferentes.

A significação e a (re) construção dos sentidos nos auxiliam na compreensão de estruturas implícitas que estão mesclados na retórica discursiva do texto (KOCH, 2002), principalmente neste estudo, uma vez que toda anáfora associativa é inferencial e tem como fator principal, a interpretação aspectos cognitivos.

Na seção seguinte, versaremos sobre a metodologia utilizada nesta pesquisa, e faremos a construção da interface entre a Linguística Textual e a Linguística Cognitiva na análise das expressões linguísticas anafóricas.

Capítulo 3- CONSTRUÇÃO DA INTERFACE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3. 1 – Considerações metodológicos

Nesta seção, nos propomos a refletir sobre o fenômeno da anáfora associativa e de que forma compreendemos a construção de seu sentido no gênero reportagem jornalística.

A análise dos dados desta pesquisa foi realizada a partir da integração das ideias teóricas discutidas nos capítulos precedentes. Quanto à abordagem, a classificação desta pesquisa se configura com predominância no método descritivo-interpretativo de natureza qualitativa. Essa classificação é assim justificada porque a observação dos dados é realizada a partir da dinâmica interacional que o sujeito estabelece com o mundo, dando-se atribuição de sentido às anáfora associativas e esclarecendo o percurso conceptual realizado pelo sujeito nesta ação. Desta forma não se faz aqui necessário o uso de técnicas ou métodos estatísticos. Consideramos então, a pesquisa interpretativa como a mais adequada à abordagem dos eventos interacionais presentes no *corpus* aqui apresentado.

Para a construção desta investigação, foram realizados os procedimentos a seguir.

Inicialmente, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de forma minuciosa sobre o estudo da referenciação, sua proveniência e os recursos linguísticos existentes dentro deste fenômeno, no qual encontramos a anáfora. Ainda nesta discussão destrinchamos o leque de tipos anafóricos existentes, até focarmos na anáfora associativa, discussão central deste trabalho. Abordamos também suas grandes semelhanças caracterizadoras entre a anáfora associativa e a chamada anáfora indireta.

Todo esse processo foi realizado para que pudéssemos de forma concisa abordar o elemento anafórico. O procedimento de análise propriamente dito é pautado pela integração de duas bases teóricas, Linguística Textual e Linguística Cognitiva. Foi realizada uma seleção de concepções sobre o tema em questão, pois, dentro do mesmo, há oposições como, por exemplo, os que seguem uma visão ‘estreita’ de anáfora associativa e outros que desenvolvem seus estudos sobre este fenômeno a partir de uma concepção mais ‘ampla’, defendida por Apóthéloz e Reichler-Béguelin (1999), a qual mais nos aproximamos e optamos por seguir nesta pesquisa pelo fato de acreditarmos que os pronomes podem sim, vir a representar elementos anafóricos, pois são carregados de sentido.

A escolha desta temática originou-se pelo grande interesse na área cognitiva e os fenômenos que a norteiam, e também por poucos pesquisadores em nosso país se dedicarem ao estudo das *anáforas* não correferenciais/ associativas (MARCUSCHI, 2000).

Considerando a parte prática desta investigação, o instrumento utilizado para a coleta de dados foi a gravação em áudio. Foram gravadas inicialmente quinze reportagens jornalísticas, veiculadas em dois jornais: *JORNAL NACIONAL* e *JPB 2º edição*. Toda coleta ocorreu entre os meses de março do ano de 2009 e de janeiro de 2010. Do total coletado, foram selecionados três exemplares de reportagens jornalísticas, as quais compõem o *corpus* e são instrumentos de análise das seções seguintes.

Após a gravação dos dados foi realizada a transcrição das reportagens conforme as normas do *anexo A*.

Com as questões iniciais definidas, analisamos os casos de anáforas associativas encontradas no *corpus* a partir da Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, a qual acreditamos dar assento às questões implícitas neste fenômeno. A visão aqui utilizada torna-se essencial por realçar a necessidade de uma organização cognitiva do conhecimento.

As categorias utilizadas na análise deste trabalho são percebidas em dois níveis, o linguístico textual e o conceitual. O primeiro refere-se às anáforas propriamente ditas, representadas no *corpus* por pronomes e aos elementos catalisadores, que são os itens lexicais que se destacam do texto por portarem uma grande carga de informações. Cabe aqui ressaltar que estes elementos serão destacados em *itálico* no decorrer das reportagens jornalísticas e as anáforas associativas serão destacadas em **negrito**. As categorias do nível conceitual, ilham a questão da inferência e se constituem em processo de categorização, Modelos Cognitivos Idealizados e Espaços Mentais.

Constatadas as informações precedentes, passamos à questão hipotética. A hipótese aqui formulada origina-se a partir de uma indagação central, orientadora deste trabalho: *como se dá a construção de sentido no processamento das anáforas associativas no gênero reportagem jornalística?* A partir de tal questionamento três perguntas norteadoras se desdobram:

- ✓ *Como se dá a compreensão dos falantes em relação à anáfora associativa em textos construídos na esfera/ contexto jornalístico?*

- ✓ *Quais fenômenos são responsáveis por nossas interpretações conceituais, ou seja, como sabemos a que é que um falante se refere em dado momento do texto se não explicita linguisticamente o referente?*
- ✓ *Há algum tipo de atividade diretamente responsável por essas ações?*

Em seguida, o *corpus* foi analisado a fim de verificar a validade das hipóteses discutidas a partir das questões citadas acima. Acreditamos que a interpretatividade de um referente anafórico ou objeto de discurso está intrinsecamente ligada a esquemas conceituais e Modelos Cognitivos Idealizados (MCI), de Lakoff (1987), pois no decorrer do discurso cada papel comunicativo particular efetua construções cognitivas, assim sendo, uma expressão anafórica recebe sentido por meio de uma série de componentes (co) textuais e contextuais como no esquema a seguir, ou seja, pela composição da estrutura como um todo. Veremos também que os modelos cognitivos são responsáveis não só pela estruturação do nosso pensamento, mas também pela formação de categorias e raciocínio, pois a estruturação de nossos domínios do conhecimento na abordagem cognitiva é ressaltada no processo de categorização. Cabe aqui ressaltar que isso só ocorre através de relações conceituais.

Em nossa proposta de análise nos embasamos também em Feltes (2007) para tratar da natureza corporal, ou seja, pela relação que determinada estrutura estabelece em relação à experiência no espaço, projetando domínios conceituais a partir de estruturas abstratas, como a anafórica, por exemplo.

Ao propor a descrição do fenômeno anafórico desta forma, objetivamos responder as indagações acerca do mesmo no tocante à construção do sentido e mostrar que o processamento cognitivo subjaz à construção de sentido dos mecanismos linguísticos da Linguística Textual, sendo a anáfora um evidente exemplo disso.

3.2- Processo de Categorização por trás da Cognição

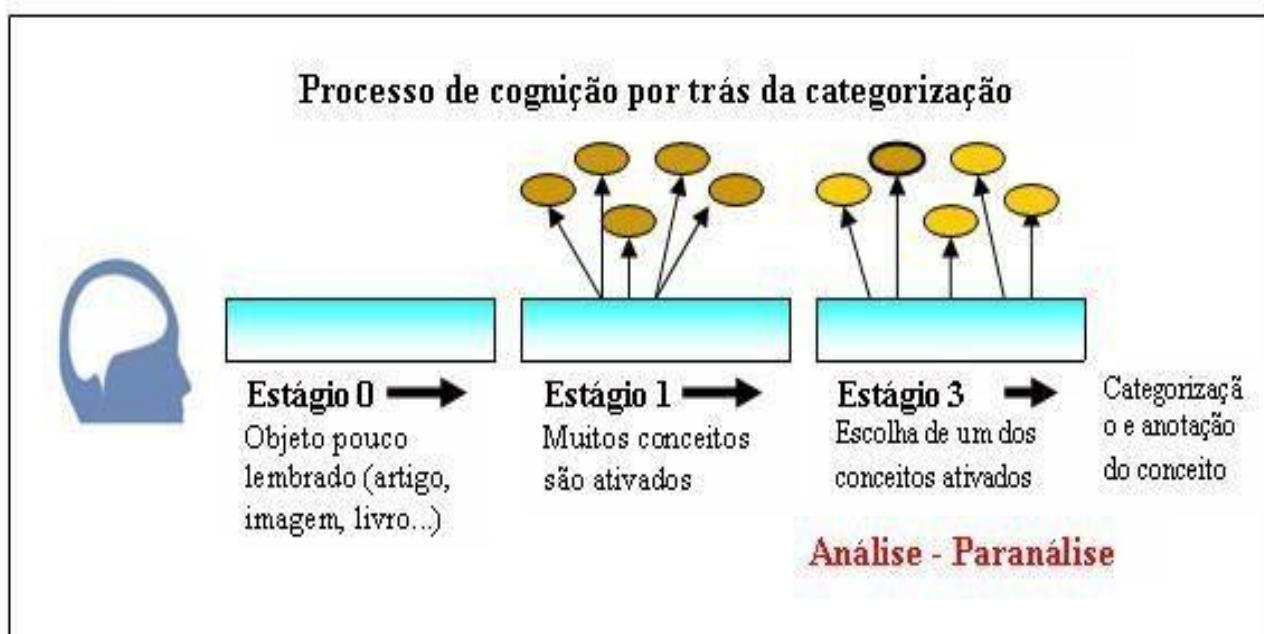
Sabendo que categorização é o processo pelo qual ideias e objetos são reconhecidos, diferenciados e classificados, podemos dizer em linhas gerais que, este processo nos auxilia quanto à organização e sustentação de informações. As categorias são definidas geralmente pelas propriedades comuns a todos os seus membros. O conjunto de atributos que definem as necessidades para ser um membro daquele conceito é tido no texto como categoria.

O processo de categorização é essencial na construção de sentido das anáforas associativas e por isso recebe lugar de destaque na abordagem analítica de cada um dos três exemplares aqui discutidos. O esquema abaixo nos mostra como os *input*⁴ influenciam a seleção da categoria do objeto de discurso no momento da leitura. Este esquema será adaptado em cada análise nos mostrando os três estágios percorridos pelo nosso cérebro neste processo.

O primeiro estágio refere-se ao momento do percurso de nossa leitura. Assim que iniciamos uma leitura nossas atividades mentais como imaginação, lembrança e pensamento se desempenham ao máximo a fim de tentar solucionar ‘questões problemas’ da nossa leitura. No segundo estágio, o que devemos saber é que cada conceito possui definições que vão caracterizá-lo, determinando se tal elemento pertence ou não àquela classe. Ao localizar a anáfora associativa no texto, automaticamente nosso cérebro sai à busca da categoria a qual ela pertence. No terceiro e último estágio vemos que dentre os vários conceitos possíveis que podem ser ativados, nosso cérebro seleciona um, o qual que mais se aproxima do sentido pretendido, e define o antecedente anafórico discursivamente constituído.

Esquema 4 : Processo de Cognição por Trás Da Categorização

FIGURA 1: Processo de cognição por trás da categorização



Fonte: http://images.google.com.br/images?svnum=10&hl=pt-BR&lr=&q=dec05_tags_categorization.gif&btnG=Pesquisar

⁴ Input ou espaço influente são estruturas parciais que organizam o conhecimento.

Disponível em <http://www.cienciasecognicao.org>

3.3 Análise da reportagem jornalística 1

1 R= Foi presa, em São Paulo,
 2 uma mulher que trabalhou para a *quadilha* que usou *um Túnel* pra roubar R\$ 27
 3 milhões de uma transportadora
 4 de valores.
 5 *A sétima integrante* foi presa
 6 por envolvimento no maior *assalto* da década em São Paulo.
 7 Há duas semanas, **entraram** em uma transportadora de valores e **levaram** R\$ 27
 8 milhões.
 9 **Eles chegaram** ao cofre por um túnel ((R vai até o túnel)),
 10 escavado a partir de uma casa comprada há sete meses, e que fica há 150 metros da
 11 transportadora.
 12 A prisão de Ágata ocorreu no fim de semana e foi mantida sigilo Segundo a *polícia*,
 13 *ela confessou* que fazia parte do *esquema* para não levantar suspeita e sugerir que ali
 14 morava uma família.
 15 A empregada doméstica ((R mostra a empregada doméstica)) contou à polícia que
 16 frequentava a casa de segunda a sexta-
 17 feira para fazer a limpeza e ganhava R\$ 400 por semana. Ela admitiu que sabia o que
 18 **eles** planejavam, mas continuou o trabalho porque precisava de dinheiro para
 sustentar
 19 a filha de TRÊS anos.
 20 Ela revelou ainda que o túnel era escavado de sexta-feira até domingo. Durante o
 21 tempo que ficou na casa, disse ter conhecido duas pessoas, mas nega ter mantido
 22 contato com **os homens** que organizaram o *assalto*.

(Jornal Nacional, veiculada em 15/12/2009)

A partir da presença do pronome *eles* no texto acima, podemos perceber a confirmação quanto à concepção ampla de anáfora, defendida por Apóthélos e Reichler-Béguelin (1999) entre outros, aderida nesta pesquisa. Essa confirmação se dá pelo fato de comprovamos neste texto que, o pronome em questão está carregado de sentido e é capaz de constituir um elemento anafórico, de forma que como a maioria dos casos de anáfora associativa, anáfora e anaforizado neste exemplo não são correferentes de forma direta.

Com uma visão oposta a Apóthélos e Reichler-Béguelin (1999), para Charolles (1994), defensor da concepção estreita da anáfora, a anáfora associativa ocorre quando um sintagma nominal definido retoma de forma não correferencial um sintagma nominal indefinido, conceito que não se sustenta neste texto, pois os elementos que antecedem a anáfora aqui em destaque não constituem SN, e sim, proposições para possíveis

interpretações do objeto-de-discurso em questão, o que não descarta deste exemplo a ideia dessa estrutura como anáfora associativa.

Quanto à NÃO progressividade linear do texto, podemos aqui perceber a recuperação de aspectos da Linguística Textual, pois não se refere a uma simples adição de elementos em sua maioria justapostos, todavia, o processamento textual se dá

[...] numa oscilação entre vários movimentos; um para frente (projetivo) e outro para trás (retrospectivo). (KOCH, 2002, p. 85).

O último movimento descrito por Koch (2002) como retrospectivo é também conhecido como anáfora. A autora nos mostra que a progressividade de um elemento é co-determinada por elementos que embasam o já dito, o que será dito e no que é sugerido. Com isso, a progressividade estabelecida no *texto 1* desta análise é co determinada pelas condições da textualização, que se alteram de acordo com as condições textuais.

A compreensão do pronome anafórico *eles* (linha 9) se dá essencialmente pela recorrência a nossos saberes extralinguísticos/ conhecimento compartilhado, pois estes muitas vezes nos auxiliam a conferir sentido ao que de certa forma tentamos compreender. Realizamos uma seleção lexical (de forma consciente ou inconsciente) a fim de produzir uma remissão adequada a cada circunstância específica, conforme o *quadro 1*.

Quadro 1: segmentos do texto e seus respectivos frames

FRAMES	SEGMENTOS DO TEXTO
PARTE INTEGRANTE (mulher/empregada doméstica/presa/quadrilha)	(...) uma mulher que trabalhou para a <i>quadrilha</i> que usou um túnel pra roubar R\$ 27 milhões de uma transportadora (linha 2 e 3)
COMPOSIÇÃO (quadrilha=composta por várias pessoas) (várias pessoas que compõem a quadrilha=entraram e levaram)	A <i>sétima integrante</i> foi presa por envolvimento no maior assalto da década em São Paulo. Há duas semanas, <i>entraram</i> em uma transportadora de valores e <i>levaram</i> R\$ 27 milhões. (linhas 5,6,7 e 8)
RELAÇÃO PARTE-TODO	(...) Eles chegaram ao cofre por um túnel(...)

(eles/componentes/quadrilha)	(linha 9)
------------------------------	-----------

A recuperação de sentido acontece no decorrer do discurso e é percebida de forma imediata, mas, sobretudo, essa recuperação depende de informações como *qual o sentido de quadrilha neste contexto, qual o conceito desta categoria, quais os integrantes que a compõem*, enfim, é por intermédio de inferências assentadas em conhecimentos partilhados que ela se dá.

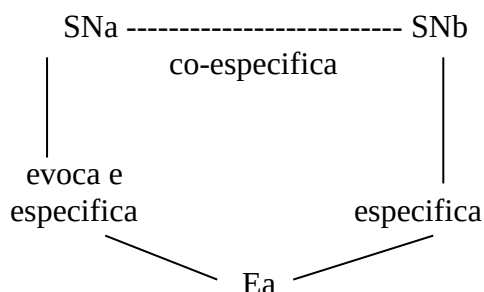
A categorização do referente que precede a anáfora *eles* (linha 9) faz parte do processo de construção de seu sentido na relação parte-todo, ou seja, o objeto de discurso em si não é a quadrilha, e sim *eles*- seus componentes. Indagações como: a que categoria pertence o Sintagma Nominal *quadrilha*? E quais os componentes constituintes desta categoria? Estão relacionadas aos Modelos Cognitivos Idealizados, pois estes modelos segundo Leite (2004, p. 66) podem se adequar à compreensão que um indivíduo possui do mundo de forma perfeita ou imperfeita. O autor ainda segue seu raciocínio esclarecendo que quanto menos perfeita é a adequação entre condições prévias dos Modelos Cognitivos Idealizados e nosso conhecimento, menos apropriada para nós é a aplicação de determinado conceito.

Questões deste tipo são sancionadas a fim de que se organizem as informações relevantes para o estabelecimento conceptual. Cabe aqui colocar que todos esses procedimentos são realizados com respaldo nos Modelos Cognitivos de Lakoff (1987). Em nossas atividades cotidianas, projetamos estruturas através desses Modelos de forma aleatória e inconsciente, e é por meio destes que estruturamos nosso “conhecimento socialmente produzido e localmente disponível” (LEITE, 2006, p. 67).

Isso, porque a significação do pronome anafórico *eles* na estrutura apresentada é concernente ao nosso conhecimento socialmente adquirido. Feltes (2007) afirma que estudos baseados em Modelos Cognitivos e Modelos Culturais “estão epistemologicamente fundamentados no experiencialismo”, uma vez que em nosso sistema de conceptualização se assenta na utilização de nossas experiências aliado a outros aspectos. O Contexto aqui exposto é provido de Modelos Cognitivos Idealizados. Estes modelos promovem papéis lexicais e constituem a identificação referencial do objeto de discurso- anáfora.

Outro fator inerente para a definição desta análise vai de acordo coma ideia de Kleiber (1994), que diz que a relação entre os dois termos anafóricos associativos é

estabelecida através de inferências, o autor esclarece ainda que “toda anáfora é inferencial” (p. 32). Veja no esquema (cf. Webber, 1988) abaixo de forma geral como o processo inferencial atua estabelecendo ligações entre as expressões textuais.

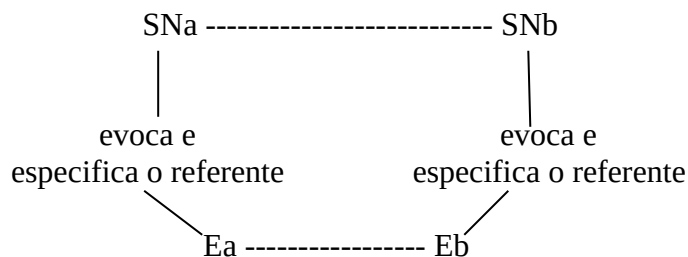


SNa = antecedente

SNb = expressão anafórica

Ea = referente

No caso específico das anáforas associativas o percurso inferencial é realizado da seguinte forma: antecedente e expressão anafórica, SNa e SNb respectivamente, evocam e especificam seus próprios referentes de maneira distinta. E só após esse processo eles são associados de forma inferencial, ou seja, é a expressão anafórica que impõe a inferência (BERRENDONER, 1986), como podemos ver no esquema de Webber (1988) adaptado:



A partir das inferências informações são recuperadas. Com âncora na ideologia de Kleiber (1994) já discutida no segundo capítulo deste trabalho, isso se explica pelo simples motivo de que toda estrutura anafórica é incompleta, o que a leva depender de outras afirmações do discurso para complementação de seu sentido, ou seja, necessita de uma ponte inferencial.

É importante atentarmos para cada item e aspecto a ser trilhado neste caminho. Assim como é essencial sabermos que um processo evoca outro, pois, para estabelecermos a

ponte inferencial aqui descrita, logicamente é necessário realizarmos a inferência, e para que este processo seja efetuado devemos ter conhecimento sobre as expressões do contexto do locutor do discurso e geralmente este conhecimento é adquirido e está disponível em nossa experiência corpórea (FELTES, 2007). Para a cognição a noção discutida por Feltes (2007) depende dos tipos de experiência que vêm do fato de possuímos um corpo com diversas capacidades sensório-motrizas, e estas capacidades individuais são em si mesmas embutidas em um contexto biológico, psicológico e cultural mais fechado. Segundo Lakoff e Johnson (1999, p. 77) nossas estruturas mentais são intrinsecamente significativas devido à sua conexão com nossos corpos e nossa experiência corpórea.

Queremos chegar ao fato de que os elementos do texto precisam ser compartilhados entre os interlocutores, pois nossa estrutura conceitual origina-se de nossas experiências sensório-motrizas. Podemos então notar que é exatamente o que ocorre, pois é de conhecimento do senso comum [constituído por nossas experiências] que nossa memória coletiva relaciona o termo *quadrilha* (neste contexto específico) a “bando de ladrões”. Isso ocorre porque aspectos sociais, culturais e históricos são representados em nossas memórias por Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987), constituídos a partir de nossas vivências pessoais e relações interacionais. Tudo isso influencia na constituição do processo categorial das expressões referenciais. Vejamos abaixo os estágios pelos quais são realizadas as sinalizações dessas expressões.

ESTÁGIO 1

A partir de nossas experiências sensório-motrizas e conhecimentos compartilhados localizamos e tentamos constituir sentidos às anáforas *entraram*, *levaram*, *eles* e *os homens*.

ESTÁGIO 2

A partir de elementos catalisadores como *quadrilha*, *sétima integrante*, *foi presa*, *assalto*, *túnel*...diferentes conceitos são ativados a fim de preencher a lacuna de sentido das anáfora associativas.

ESTÁGIO 3

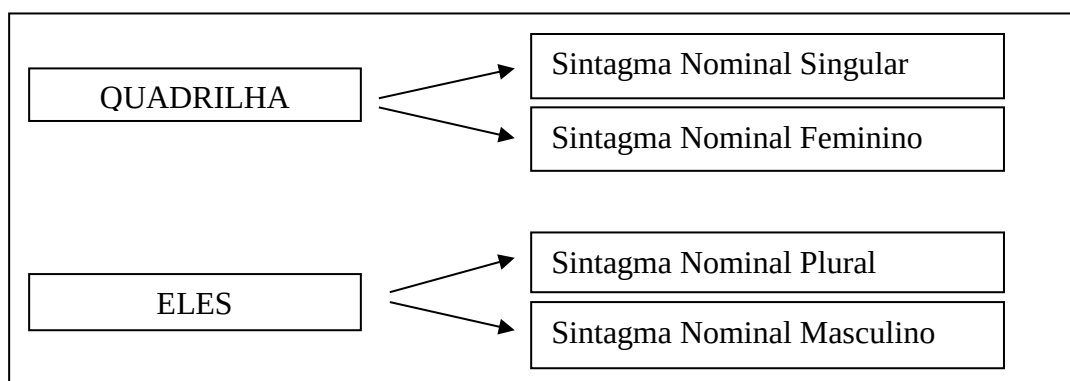
Diante dos elementos catalisadores e através de uma ‘triagem’ referente à constituição de sentido da anáfora em questão, o conceito que mais se aproxima do objeto de discurso pretendido é de *integrantes da quadrilha*.



Os termos *eles* (linha 9), *entraram* (linha7)e *levaram* (linha7) neste contexto retomam de forma NÃO correferencial o termo *quadrilha*. Não correferencial por quê? Porque essa associação se dá de forma indireta, na realidade, os termos referem-se ao conjunto de pessoas – ladrões – que compõem essa *quadrilha* e não a ela propriamente dita, como podemos ver no *esquema 5- RELAÇÃO DIRETA e INDIRETA*.

Com o mesmo gancho teórico, o argumento aqui colocado sustenta também outro questionamento presente neste texto, o fato de compreendermos de forma inquestionável *como assimilamos uma determinada sentença referencial em que não há concordância de número e gênero?* Isso é o que ocorre, por exemplo, entre a anáfora *eles* e o seu antecedente *quadrilha*. Verifique abaixo as diferenças morfológicas presentes nesta estrutura

Quadro 2: Traços morfológicos



Algumas teorias⁵ defendem a concepção de que num primeiro momento o leitor não estabelecerá uma relação pertinente entre a anáfora *eles* e o antecedente *quadrilha*, alegam que a leitura cessaria no pronome, inferindo assim que não se trata de um texto coerente. Essa hipótese não é sustentada nesta pesquisa, pois acreditamos que os leitores são, sim, capazes de processar quase que automaticamente esse tipo estrutura e produzir uma concordância ideológica.

Apesar da violação da regra morfológica ocorrente, não temos grande dificuldade de leitura e interpretação, isso é possível porque no momento da leitura fica claro que o

⁵ Um exemplo de trabalho que defende esta perspectiva encontra-se é de SILVA, A. **A leitura e compreensão da anáfora conceitual**. 163 f. Tese de Doutorado em Linguística. Instituto de Estudos Linguísticos. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2004.

pronome não retoma, mas remete a um antecedente a partir do qual o leitor compreende associativamente a anáfora. Para solucionar a questão mostrada no *quadro 2*, o leitor busca relacionar diretamente a anáfora a um antecedente textual, no caso *quadrilha*, levando em consideração também traços morfológicos de número e pessoa. Assim sendo, ao ler a anáfora associativa o leitor ativa dentre as estruturas cognitivas possíveis os chamados *frames* que, segundo Fillmore (1986), nada mais é do que um modelo semântico para representar a compreensão daquilo que é veiculado em um texto. Ao nos depararmos com a sentença automaticamente buscamos uma ‘solução’ para o pronome e os verbos aqui destacados.

- 7 Há duas semanas, *entraram* em uma transportadora de valores e *levaram* R\$ 27
- 8 milhões.
- 9 *Eles* chegaram ao cofre por um túnel ((R vai até o túnel)),

Uma espécie de construção linguística específica vai se tecendo no desencadear das informações tomadas como referência no decorrer da leitura. Para Marcuschi e Koch (2002, p. 37) essa referência é tida como aquilo que designamos, representamos ou ainda sugerimos quando queremos interpretar um determinado termo a partir de uma situação discursiva, e sustentam ainda a ideia que esse processo depende de um trabalho de elaboração cognitiva, por isso ao ler as linhas (7, 8 e 9) recorreremos ao parágrafo que a antecede:

- 1 Foi presa, em São Paulo,
- 2 uma mulher que trabalhou para a *quadrilha* que usou um túnel pra roubar R\$ 27
- 3 milhões de uma transportadora
- 4 de valores.
- 5 *A sétima integrante* foi presa
- 6 por envolvimento no maior assalto da década em São Paulo.

A responsabilidade da organização de nossos conceitos durante o processo de leitura é em parte dos *frames*, ou seja, conduzem aqui as relações de sentido entre os conceitos *quadrilha* e os objetos de discurso anafóricos *eles*. E é a partir das estruturas anafóricas que passamos a criar situações-problemas como: *Quem entra em uma transportadora de valores e leva 27 milhões?* O grupo de pessoas responsável por essa ação teve acesso ao cofre através de um *túnel*. *Essa é uma ação comum de uma pessoa de boa índole?* Estas questões são pistas que nos levam a outras indagações como: Que tipo de pessoa entraria em uma transportadora para levar 27 milhões e acessaria seu cofre através de um túnel? São estas

informações presentes no texto que se adicionam ao conhecimento de nossa memória discursiva e nos auxiliam na (re) construção do real .

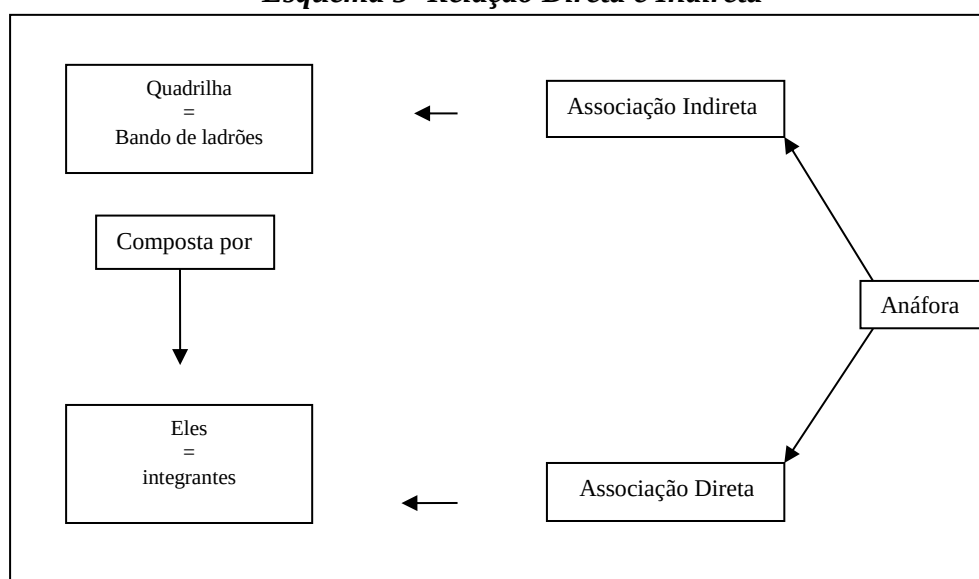
Elementos (co) textuais da superfície lexical:

1. Nas linhas 1 e 2 do texto percebemos que uma mulher foi presa.
 - 1.1. Alguém que infringe normas e leis em nosso país é punido com algum tipo de detenção.
2. A mulher que foi presa trabalhava para uma quadrilha. O termo quadrilha neste contexto assemelha-se ao conceito de bando, o qual se refere à reunião estável ou permanente de mais de três pessoas com a finalidade de elaborar e cometer crimes.
 - 2.1. Quem comete este tipo de ação busca meios não convencionais para agir, prova disso, a quadrilha utilizou um túnel para realizar o roubo. [Quem chega a um cofre através de um túnel?]
3. Na linha 5 temos a informação de que a mulher que foi presa (linhas 1 e 2) é a sétima integrante da quadrilha. Sabendo que uma quadrilha é constituída por vários componentes, esta mulher faz parte desta composição.
4. Na linha 9 temos uma anáfora representada pelo pronome *eles*. Se *eles* entraram em uma transportadora de valores e levaram 27 milhões (linhas 6 e 7) e chegaram ao cofre por um túnel (linha9), consideramos esta anáfora como o restante dos integrantes desta quadrilha.
5. Eles chegaram por um túnel escavado a partir de uma casa comprada há SEte meses, e que fica há 150 metros da transportadora.
 - 5.1 A Polícia Militar frequentemente vem esclarecendo casos deste tipo e já é de conhecimento da população a forma programada como os ladrões agem nestes casos. Inicialmente a quadrilha interessada em roubar um estabelecimento, seja

ele qual for, realiza uma sondagem geral no bairro e rua onde se encontra o local pretendido. Depois disso, geralmente um casa ou um apartamento é alugado durante um certo tempo (alguns meses). Isso, para acompanhar o ritmo, horários e hábitos daquela região a fim de facilitar a forma de ‘atacar’.

O conhecimento estreitamente compartilhado pelos envolvidos na ação comunicativa permite que as informações sejam distribuídas da seguinte maneira:

Esquema 5- Relação Direta e Indireta



Conforme Feltes (2007) é através desses saberes extralinguísticos que compreendemos uma série de enunciados e também são os mesmos “que permitem ao leitor estabelecer as relações implícitas e elaborar o significado, montando um quebra-cabeça do texto com as peças de informações que lhe são transmitidas explicitamente” e corrobora sua afirmação citando Koch e Cunha-Lima (*In*: MUSSALIM e BENTES, 2005, p.295) dizendo que o sentido de um texto é “necessariamente situado histórica e socialmente e é, também, plástico, no sentido de que, em todos os níveis da linguagem, existe uma negociação entre os interactantes para o estabelecimento desse sentido”, constituindo a construção da significação nos contextos sociais.

Assim sendo, podemos perceber a significativa contribuição do processo de conceptualização e construção de sentido do fenômeno anafórico, o qual em nossa concepção não possui completa abordagem se não ancorado nas ciências cognitivas.

3.4 Análise da reportagem jornalística 2

- 1 R= Um advogado de 47 anos, *preso* em São Paulo,
- 2 num bairro tradicional de *classe média alta*.
- 3 Com ele, três *adolescentes* ...de 14 a 15 anos.
- 4 O motorista de uma perua escolar flagrado, em Osasco,
- 5 *assistindo a filmes porNÓS* com uma menina de /doze, *DOZE ANOS!*
- 6 Os dois estavam na van onde as *crianças* eram transportadas.
- 7 *A maioria é Homem/ com MAIs de 30 anos de idade.*
- 8 Possui *poucos amigos* na sua faixa etária. *Coleciona brinquedos* caros para atrair as
- 9 vítimas. Usa motivos infantis na decoração do quarto ou da sua casa. Gosta de
- 10 atividades infantis e conquista a criança aos poucos.
- 11 P= **O cidaDÃO** vai fazendo JOgos pra ter/ esta intimidade com a criança...
- 12 pra ELEs irem podendo chegar nessa criança... *dando os preSENTes,*
- 13 *caRÍcias, conforto,*
- 14 seja uma criança ou adolescente, diz Maria Cristina Camargo, psicóloga.
- 15 R= As *prisões* dos últimos dias dão a sensação de que os números de casos de
- 16 abusos
- 17 contra crianças estão aumentando. Mas, para as *CPIs* [da pedofilia], *esse tipo de*
- 18 *crime*
- 17 sempre aconteceu e era tolerado em silêncio. O que mudou é a reação da sociedade.
- 18 M= A sociedade não quer colocar **essa gente** debaixo da mão... ela quer /falar, ela
- 19 quer
- 19 revelar/ ela quer punição para quem *abuse de uma criança*. **Eles** estão sendo
- 20 revelados,
- 20 **Eles** já estavam aí".

(Jornal Nacional, 21/03/2009)

As informações para conceptualização das anáforas não se dão apenas na superfície do lexical prescrito, mas também conforme Apóthéloz e Reichler-Béguelin (1999) sob a solicitação de conhecimento de mundo, estereótipos culturais, ou seja, sob “aspectos cognitivos operacionais”.

Os elementos anafóricos associativos não são correferentes a nenhum elemento que os antecede. Podemos observar que os novos objetos de discurso são apontados no texto, todavia, apesar de serem chamados ‘novos’ no discurso, eles trazem consigo a ideia de já conhecidos no percurso textual. Isso nos leva ao conhecimento de que os elementos do discurso que antecede as anáforas em questão não são apenas sintagmas nominais, e sim, condicionadores associativos.

Os referentes designados (SN *essa gente*, SN *ele* e o SN *cidadão*) são anáforas associativas, pois não possuem antecedentes explícitos e por este motivo há necessidade de um (co) texto temático em andamento para que se tornem interpretáveis, ou em outras

palavras, tais SNs não dispensam de forma alguma seu significativo assento interpretativo – o (co) texto.

Cabe atentarmos que não só o texto da análise dois, mas todos os demais aqui analisados possuem algo em comum, a autoinsuficiência, pois por mais carga semântica que um item lexical carregue consigo, em alguns casos não haverá suficiência do mesmo, ou seja, o léxico por si mesmo não é autossuficiente (KOCH e MARCUSCHI, 1998), por isso necessitamos do auxílio de outros aspectos.

A identificação de pistas linguísticas, por exemplo, torna-se aqui algo inerente ao processo de análise, pois as mesmas são responsáveis pela progressão temática e pela construção das categorias. Essas pistas são as convenções de contextualização que indicam nossas intenções enunciativas ou nossas inferências com relação a nosso interlocutor, são também baseadas no conhecimento e no estereótipo, ou seja, é a partir de uma compreensão das forças elocutórias contidas no discurso que entenderemos a contextualização. Isso é essencial, pois é a partir dessas estratégias sistemáticas que organizamos a construção de nossos objetos de discurso, observe abaixo o caminho de associações e inferências que realizamos ao lermos este texto:

1. Um homem de 47 anos foi preso. [Se ele foi preso foi porque infringiu alguma lei].
2. Juntamente com este homem foram encontrados três adolescentes. [Até aqui o texto não nos dá pistas concretas a que se refere o crime cometido por este homem].
3. Na linha 4 temos um caso semelhante envolvendo outro homem. Este também foi encontrado com uma adolescente na van em que dirigia assistindo a filmes censurados para menores de 18 anos.
4. Da linha 7 a 10 percebemos as características da categoria a qual estes meliantes pertencem, a pedofilia.

4.1 Pedofilia é o desvio sexual caracterizado pela atração por crianças, com os quais os portadores dão vazão ao erotismo pela prática de obscenidades ou de atos libidinosos. A relação sexual entre adultos e adolescentes é regulada pelas leis de cada país referentes à idade de consentimento. Alguns países permitem o

relacionamento a partir de uma idade mínima (12 anos em Angola, Filipinas e México; 13 na Espanha e Japão; 14 no Brasil, Portugal, Itália, Alemanha, Áustria e China; 15 na França, Suécia, Dinamarca e Grécia e 16 na Noruega, Reino Unido e Holanda).

4.2 Nas linhas 11, 12 e 13 vemos a forma como estes infratores agem para realizar seus atos absurdos.

- 5 No fim da reportagem vemos que o número de abusos contra crianças vêm aumentando a cada dia. Mas o que também podemos perceber é que, através da fala da sociedade por meio de seus manifestantes este tipo de crime ocorre há muito tempo, todavia, ‘eles’ só estão sendo revelados agora.

5.1 O que mais surpreende é o fato de a maioria dos infratores envolvidos neste tipo de crime [atualmente] pertencerem à classe média alta. Isso faz com que a justiça (que deveria ser como o próprio nome supõe- justa) abra exceções e esconda alguns casos pelo fato de pessoas consideradas publicamente importantes estarem envolvidas neste tipo de ação. [A sociedade não quer colocar essa gente debaixo da mão... ela quer /falar, ela que revelar]

Segundo Koch (2002) a referenciação engloba todos os casos de progressão referencial, o que aqui percebemos, uma vez que o processo de remissão está sempre relacionado ao co-texto do universo textual. A importância de o processo textual oscilar entre vários movimentos (projetivo e retrospectivo) é que isso facilita o fornecimento de pistas necessárias para que a reconstrução de sentido por parte do receptor da mensagem esteja o mais próximo possível do pretendido, uma vez que

o sentido não está no texto, mas se constrói a partir dele; não existe o sentido de um texto, mas possibilidades de sentido para ele. (KOCH, 1997, p. 25)

Diante da assertiva de Koch (1997), tentamos aqui preencher as lacunas discursivas presentes no discurso. Ao ler o texto aqui analisado, facilmente detectamos que os elementos destacados se referem à categoria *pedófilo*, mas a questão aqui debatida vai além disso, pois os elementos responsáveis (que serão debatido adiante na parte 4 –características) pela

grande carga informativa contida no interior do discurso merecem aqui destaque por serem identificadores dos objetos referidos.

Nosso primeiro passo é dividir a reportagem para analisarmos cada aspecto. A partir das relações entre as características atribuídas as expressões destacadas, nossos processos cognitivos operantes armazenados em nossa memória em forma de estrutura cognitiva (*frames* e *esquemas*) realizam negociações de sentido das expressões.

Parte 1

- 1 R= Um advogado de 47 anos, preso em São Paulo,
- 2 num bairro tradicional de classe média alta.
- 3 Com ele, três adolescentes de 14 a 15 anos.

Parte 2

- 4 O motorista de uma perua escolar flagrado, em Osasco,
- 5 assistindo a filmes pornôis com uma menina de /doze, DOZE ANOS!
- 6 Os dois estavam na van onde as crianças eram transportadas.

Até aqui temos dois casos nos quais profissionais são pegos envolvidos com crianças e adolescentes. Até então a estrutura do texto nas partes 1 e 2 estão sendo montadas e conferindo suas mensagens de forma clara ao receptor. Destacamos destes trechos os seguintes aspectos:

(parte 1) um advogado foi *preso*, pois estava com *três adolescentes*

(Parte 2) o motorista de uma van *escolar* assistia *filmes pornôis* com uma menina de 12 anos.

Parte 3- Características

- 7 A maioria é HOMem, com mais MAIs de 30 anos de idade.
- 8 Possui poucos amigos na sua faixa etária. Coleciona brinquedos caros para atrair as
- 9 vítimas. Usa motivos infantis na decoração do quarto ou da sua casa. Gosta de
- 10 atividades infantis e conquista a criança aos poucos.

Na terceira parte desta reportagem temos aspectos importantíssimos para o esclarecimento de questões posteriores. Neste trecho encontramos praticamente a concentração de informações necessárias para desfecho conceptual da questão aqui indagada. No caso específico do *texto 2* não se trata propriamente de uma relação anafórica entre elementos anaforizados e anaforizantes, nem de correferencia, mas diz respeito a estruturas em estado de ‘ativação parcial’ (termo cunhado por Koch), que retomam a sua

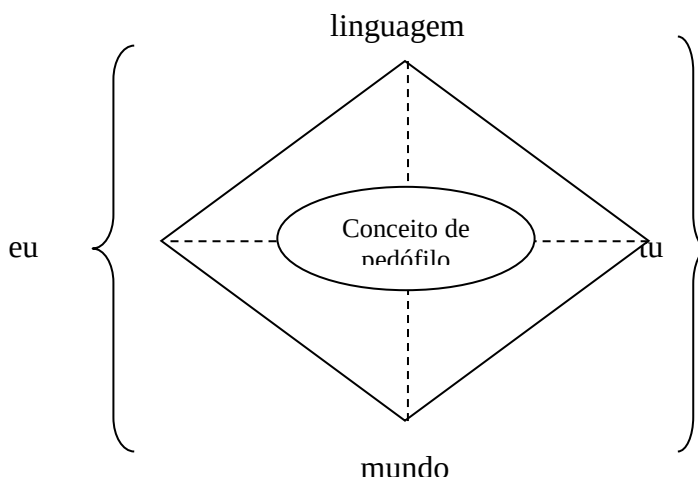
posição focal a qualquer momento, ou seja, estas estruturas estão sempre em ‘*stand by*’, para sua utilização quando solicitado pela memória dos interlocutores. E esta solicitação ocorre através dos *frames*, visíveis no *quadro5*, representados pelas características e estratégias que marcam o texto. É a partir da (re) categorização desses objetos de discurso, isto é, a partir da sua (re) construção de acordo com o projeto enunciado que o texto vai se delineando.

Quadro 3: Organização da estrutura anafórica

<i>Características (do elemento anafórico)</i>	• A maioria é HOMem, com maisMAIs de 30 anos de idade. • Possui poucos amigos na sua faixa etária.
<i>Estratégias (do elemento anafórico)</i>	• Coleciona brinquedos caros para atrair as vítimas. • Usa motivos infantis na decoração do quarto ou da sua casa • Gosta de atividades infantis

Para a construção do processo de categorização da anáfora associativa, primeiramente é necessário mostrarmos o caminho percorrido até a construção do conceito *pedófilo*. Para tanto, recorreremos a Marcuschi, e a sua substituição do *triângulo semiótico* pelo *losango das relações dialógicas* representado abaixo de forma adaptada:

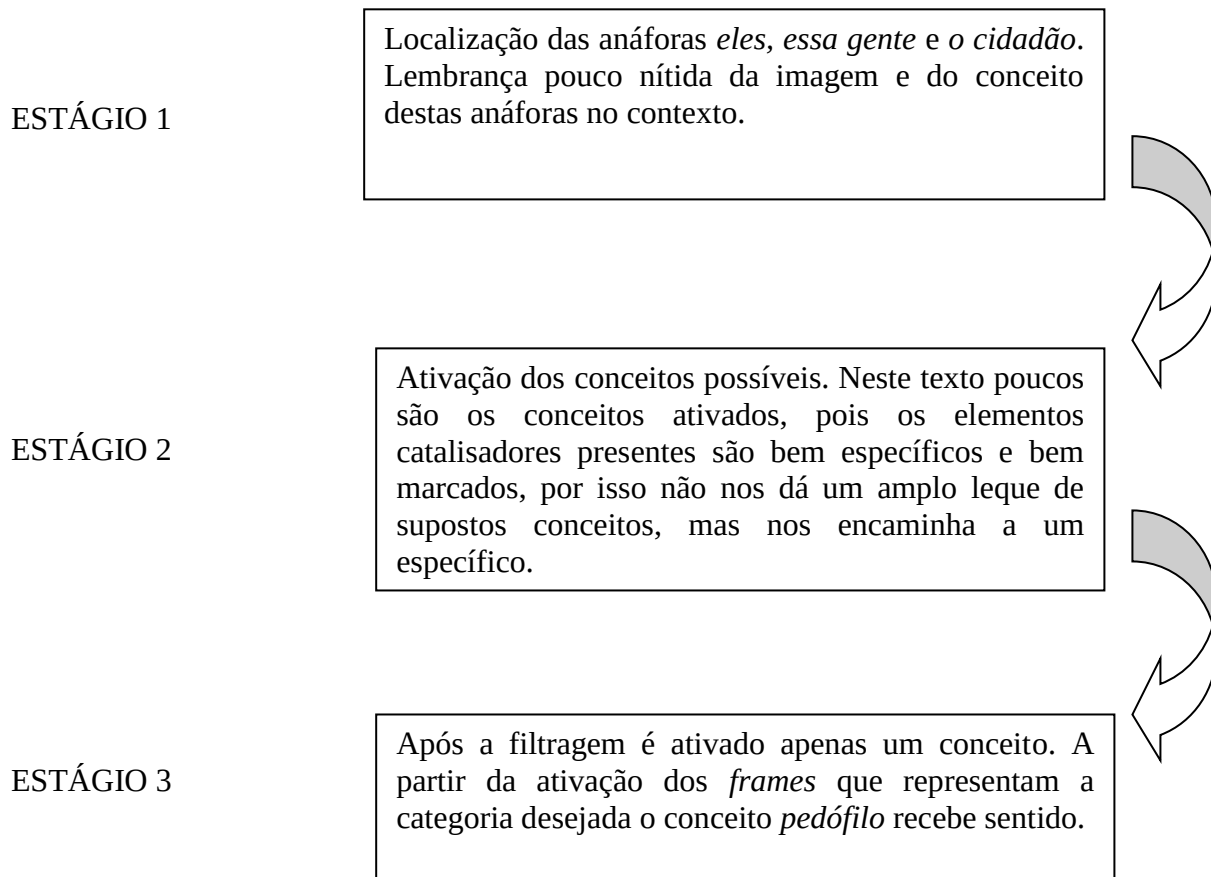
Esquema 6- Losango das Representação Dialógicas



A partir deste losango podemos ver que a relação proposta nele se dá pela intermediação sócio-interativa entre *eu* e *tu*, sendo o processo cognitivo o responsável pela materialidade da construção desenvolvida no interior de uma atividade. Desta forma, a construção do conceito de *pedófilo* não é simplesmente armazenado pela linguagem, mas é

produzido no âmbito de uma relação interacional. Essa relação na distribuição do losango *eu* e *tu* tem lugar principal na arena conceptual e a linguagem em interlocução com o mundo obtém papel central.

A interpretação respectiva dos Sintagmas Nominais *cidadão*, *essa gente* e *eles* como “*homem pedófilo*” não causa estranhamento e nem dificuldade interpretativa para quem lê atentamente o texto. Por que isso ocorre? Embora não seja detectado no texto um segmento linguístico específico para remeter a estes sintagmas nominais, sanamos as questões empíricas a partir de dados explícitos encontrados no *quadro 3*. Observe abaixo a forma como ocorreu neste texto a constituição da cadeia anafórica e sua categorização.



No decorrer da reportagem jornalística é certo que uma grande parcela do público compartilhou da informação transmitida pelo repórter, podemos dizer neste caso que houve uma ativação a partir das expressões referenciais do *quadro 5* para se remeter aos elementos destacados abaixo:

Parte 4

- 11 **P= O cidaDÃO** vai fazendo JOgos pra ter/ esta intimidade com a criança,
- 12 pra **ELEs** irem podendo chegar nessa criança... dando os preSEntes,
- 13 caRÍcias, conforto,

Parte 5

- 18 **M=** A sociedade não quer colocar **essa gente** debaixo da mão... ela quer /falar, ela quer
- 19 revelar/ ela quer punição para quem abuse de uma criança. **Eles** estão sendo revelados,
- 20 **Eles** já estavam aí".

Os elementos catalisadores destacados nas partes 4 e 5 são considerados anafóricos associativos. Isso porque não há uma relação direta entre eles e as estruturas anaforizadas. Sendo as expressões não correferentes a nenhum elemento específico que as antecede no texto, faz-se necessário saber esclarecimentos do contexto em que estão inseridas. Para buscarmos seus referentes, o próprio texto solicita do nosso cérebro a ativação dos *frames* que representam a categoria desejada, que neste caso específico é *pedófilo*, e traz à tona os elementos possíveis e esperados nesta determinada situação.

Modelos Cognitivos Idealizados nos auxiliam no desenvolvimento, produção e compreensão desse processo de retomada de informações relevantes que estão implícitas (SALOMÃO, 1999, p. 70), tais Modelos⁶ evocam as novas significações das expressões através de pistas verbais já conhecidas, como as do *quadro 5 (A maioria é HOMem, com maisMAIs de 30 anos de idade; Possui poucos amigos na sua faixa etária; Coleciona brinquedos caros para atrair as vítimas; Usa motivos infantis na decoração do quarto ou da sua casa; Gosta de atividades infantis)*. A partir do já conhecido utilizamos estratégias cognitivas como conhecimento de mundo e inferência para remeter estas características preexistentes à construção de uma nova categoria a ser desvendada pela/na progressividade do texto, uma vez que nossos Modelos são atualizáveis e assiduamente renováveis, pois estão vinculados às características textuais momentâneas.

Cabe aqui colocar que nós só garantimos êxito na interpretação de tal sentença por causa das estratégias sociointeracionais que utilizamos nas decodificações das informações, ressaltando assim a importância da cognição para este estudo.

⁶ Segundo Feltes (2007, p. 6) estes modelos são o resultado da atividade humana, cognitivo experientialmente determinada, resultado da capacidade de categorização humana.

O que podemos aqui constatar é a afirmativa já discutida por Leite (2006) quanto ao processo de construção do conhecimento, que se refere ao mesmo como algo essencialmente público, que não se dá através de uma realização individual, uma vez que as categorias estão imersas em uma prática social secular, mundana (p. 58). O autor assevera ainda que esse processo também não é consequência de pura internalização de informações recebidas, tratadas e armazenadas na mente dos interlocutores numa ação comunicativa.

A essencialidade pública deste processo está ancorada em atividades sociais, interacionalmente situadas, através da negociação de versões da realidade e do compartilhamento de pressupostos comuns como, por exemplo, da categoria *pedófilo*, pois ao ler as características atribuídas aos referentes anafóricos destacados na *parte 3 (características)*, podemos perceber que o processo de ‘escolha’ realizado por nós e a formulação de sentido da anáfora, implica em processos de categorização ligados a atividade em curso como dispositivo inicial para a tentativa de conceptualização do conceito *pedófilo*.

No desenrolar da enunciação do texto os interlocutores produzem involuntariamente entidades interacionais e discursivas, e através das pistas linguísticas distribuídas no contexto elaboram coletivamente o sentido, que possui caráter dinâmico e é localmente construído. Sendo assim, nossa inserção sociocognitiva no mundo nos permite compreender que o objeto referido nada mais é que o objeto de discurso constituído por nossa atuação intersubjetiva.

3.5 - Análise da reportagem jornalística 3

1. R = No início deste ano, o Jornal Nacional mostrou
2. uma situação abSURda numa *delegacia*
3. da cidade de Serra, no Espírito Santo...*Confinamento* em contêineres.
4. E o repórter André Junqueira mostra
5. que o absurdo não teve fim.
6. R =Dentro da *estrutura de metal*, feita de chapas de aço,
7. *SEM grades* ou janelas,
8. **muitos deles...** reclamam pela pequena abertura,
9. usada para entregar comida:
10. P= "Isso não *reabilita* não. Isso aqui é para Bicho", disse um **deles**.
11. O ar passa por um sistema de tubulação.
12. As imagens da Associação dos Investigadores de *Polícia*
13. foram feitas nesta sexta-feira.
14. Lá dentro estão os **provisórios**, que ainda *aguardam sentença*.
15. **Eles** não têm direito NEM a *banho de sol*, segundo os investigadores.

(Jornal da Paraíba, 6/11/2009)

Fatores como a contextualização da enunciação (MARCUSCHI, 1983) que alicerçam a análise da construção de sentido das anáforas. Isso, porque se o objetivo é conferir sentido a essas estruturas, o aspecto *contextualização* é um dos essenciais no conjunto de elementos que compõem a significatividade de um discurso. Os elementos catalisadores *delegacia, confinamento, reabilita, polícia, sentença, etc.*, ganham destaque no discurso. Estes elementos a partir da concepção ampla de anáfora não se resumem simplesmente a sintagmas nominais, mas se apresentam como proposições inteiras, que servem como subsídio para a associação de sentido.

Beaugrande e Dressler (1981) asseveram que um texto só é uma ocorrência comunicativa eficaz quando preenche os seguintes critérios de textualidade: coesão, coerência, intencionalidade e intertextualidade. Os autores acrescentam ainda que a ausência de um destes critérios acarreta o rompimento da comunicação.

Na leitura do *texto 3* podemos perceber a presença de cada critério elencado pelos autores, o que resulta em uma estrutura de fácil associação e interpretatividade, mas não acabada (pronta) e nem autossuficientemente explicativa. Isso porque as contribuições até aqui colocadas em relação à LT no processamento anafórico são relevantes, mas não satisfaz inteiramente os princípios de construção de sentido que subjazem a processo referencial.

E é neste momento que os processos cognitivos em todas as suas dimensões vêm contribuir para o tão questionado campo do processamento referencial. Para aferir sentido às estruturas anafóricas *muitos deles, eles, os provisórios* e *eles* destacadas no *texto 3*, é necessário saber que a configuração que veicula significação ao ato comunicativo é dado por elementos presentes na superfície do léxico. Tais elementos estão atrelados a outros elementos e a outros fatores do contexto sociocognitivo. Isso, porque todos são mobilizados via interlocução, ou ainda nas palavras de Marcuschi (In MIRANDA e NAME, 2005, p. 50) “a ordem do nosso conhecimento e das instituições que o suportam não é uma ordem natural, mundana. É uma ordem essencialmente cognitiva e interativamente semiotizada”.

De acordo com a definição de anáfora discutida no segundo capítulo a mesma é constituída por basicamente dois aspectos:

- ✓ Refere-se a um objetivo que embora apresentado no texto como conhecido, é tido como novo no discurso, por não ter sido mencionado explicitamente no contexto anterior

- ✓ Sua interpretação só é viável se referenciada nos dados anteriores do discurso

Diante de tais características encaixam-se como elementos anafóricos do texto analisado as seguintes palavras: *muitos deles/ deles, eles e os provisórios*.

Ao lermos o *texto 3* e identificarmos as anáforas associativas precisamos compreender que a interpretação delas não pode ser tratada como um processo ou até mesmo como um estado cognitivo do indivíduo que a lê, mas como uma realização exibida de forma pública no emprego da sequencialidade da interação.

Outro fator importante no processo conceptual da anáfora associativa é a presença de construtos idealizados ou MCI que estruturam nosso pensamento e são usados como suporte na formação de nosso raciocínio. São exatamente os MCI que nos permitem aferir sentido aos processos anafóricos, pois “qualquer operação de significação que presume invocar, da memória (...) bases de dados que orientam as expectativas dos sujeitos em suas ações individuais e conjuntas” (MIRANDA 2000, p. 61) são classificados em Modelos Cognitivos Idealizados (LAKOFF, 1987).

No caso das anáforas essa evocação de dados solicitados da memória faz parte do processo de interpretação da mesma. Assim como a conceptualização das anáforas associativas variam conforme o contexto disponível, os MCI se reconstróem com diferentes propósitos. Ao lermos as sentenças

- 8 **muitos deles** reclamam pela pequena abertura,
- 9 usada para entregar comida:
- 10 **P**= "Isso não *reabilita* não. Isso aqui é para bicho", disse um **deles**.

- 14 Lá dentro estão os **provisórios**, que ainda *aguardam sentença*.
- 15 **Eles** não têm direito nem a *banho de sol*, segundo os investigadores.

percebemos que essas anáforas são escassas de sentido se consideradas apenas o modo como estão agora apresentadas. A sustentação de sentido de um discurso não está atrelada a um aspecto específico, mas ao conjunto deles, pois segundo Fauconnier (1994, p.10) “ a linguagem não porta os sentidos, mas os guia”. Nessa perspectiva, para sanar a exigência de saturação referencial da anáfora associativa consideramos os seguintes aspectos textuais destacados:

Quanto aos traços linguísticos é necessário atentarmos que, no texto destacamos em itálico não as anáforas associativas encontradas, mas todos os traços linguísticos que contribuem para a sinalização de inferências, também chamados de elementos catalisadores que podem aparecer sobre várias manifestações linguísticas.

A superfície lexical nos oferece os seguintes traços de sinalização linguística:

1. O fato ocorreu em uma *delegacia* (linha 2)
2. Houve *confinamento* em contêineres. [quem em uma delegacia fica confinado?] (linha 3)
3. Muitos deles reclamavam pela pequena abertura, usada para entregar comida (linhas 8 e 9)

3.1- é de conhecimento da maioria que no sistema carcerário, são os meliantes que recebem sua alimentação através de aberturas (janelas) em suas celas, pois no período em que se encontram presos o processo de exclusão também é considerado uma forma de punição. [neste caso, quem poderia assumir o papel de reclamante pela *pequena abertura* descrita no contexto?]

4. Isso não *reabilita* não. Isso aqui é para *bicho*. (linha 10) [quem dentro de uma delegacia, recebe comida por uma abertura e precisa de reabilitação?]

4.1- Podemos pensar nessas informações como uma colcha a ser costurada, onde cada retalho é aqui representado por uma pista sinalizada no contexto. E aos poucos cada pedacinho desse retalho é costurado a outro, ou seja, cada informação é associada uma a outra com o propósito de formar a colcha, a significação.

4.2- A questão da reabilitação é totalmente clara e determinante para o contexto. O sistema penitenciário brasileiro que utopicamente tem o propósito de reabilitar os infratores e deveria *oferecer programas reintegração à sociedade*, na realidade vive em situação subumana de precariedade. É de conhecimento do senso comum que as instituições carcerárias têm o sistema falido, verdadeiros depósitos humanos onde as pessoas vivem em

espaços improvisados e excesso de lotação, não recebem o mínimo de dignidade. Todos esses fatores contribuem para questão destacada no texto “*Isso não reabilita não. Isso aqui é para bicho*”, neste trecho o próprio ocupante daquele espaço compara o tratamento dado a eles ao tratamento dado aos animais.

5. Dentro das estruturas de metal sem grades e sem janelas estão os *provisórios*, *que ainda aguardam sentença*. (linha 14) [que tipo de pessoa estaria exposta a essas condições?]

5.1- A sentença é quando o juiz extingue o processo decidindo determinada questão posta em juízo, resolvendo o conflito entre as partes. Ou seja, os ocupantes das estruturas de metal sem grades, em algum momento de suas vidas entraram em conflito com outras partes e por este motivo foram disciplinados sendo privados da liberdade individual.

5.2- A prisão provisória [condição dos pertencentes a este grupo, *provisório*] faz parte da subdivisão da prisão penal, a qual ocorre durante o inquérito policial.

6. A última, mas não menos importante sinalização linguística que o texto nos oferece é *eles não têm direito nem a banho de sol*. [é relativa a que classe da sociedade a restrição e direito de tomar duas horas de banho de sol de segunda a sexta-feira?]

Utilizando o contexto de Fauconnier (1994, p.28) quanto ao acesso às conexões conceptuais como componente da construção de sentido de forma adaptada, notamos que no curso das enunciações descritas acima a linguagem não realiza por si a construção de sentido das anáforas associativas, contudo, oferece pistas mais que suficientes para localizarmos os princípios apropriados da categoria pretendida nesta situação, e que se encontra na situação de ‘*reclamar*’- os presidiários.

Sacks (1992) nos traz a ideia de como o processo categorial nos concede, de certa forma, a realização de inferências. Esse processo encabeçado por Rosch (1975 e 1978) não se restringe ao fato de conceituar entidades, mas se insere nas atividades de negociação de sentido das atividades sociais, que segundo Leite (2006) “ *produz a passagem de uma visão abstrata da cognição para uma concepção prática e situada, de uma visão realista que mapeia as determinações do mundo e uma concepção construcionista da cognição, não*

dada, mas elaborada nas práticas linguísticas dos usuários da língua em contextos situados”(p.2).

Feltes (2007) parte da observação de que estruturas conceituais dotadas de significação são oriundas de duas fontes:

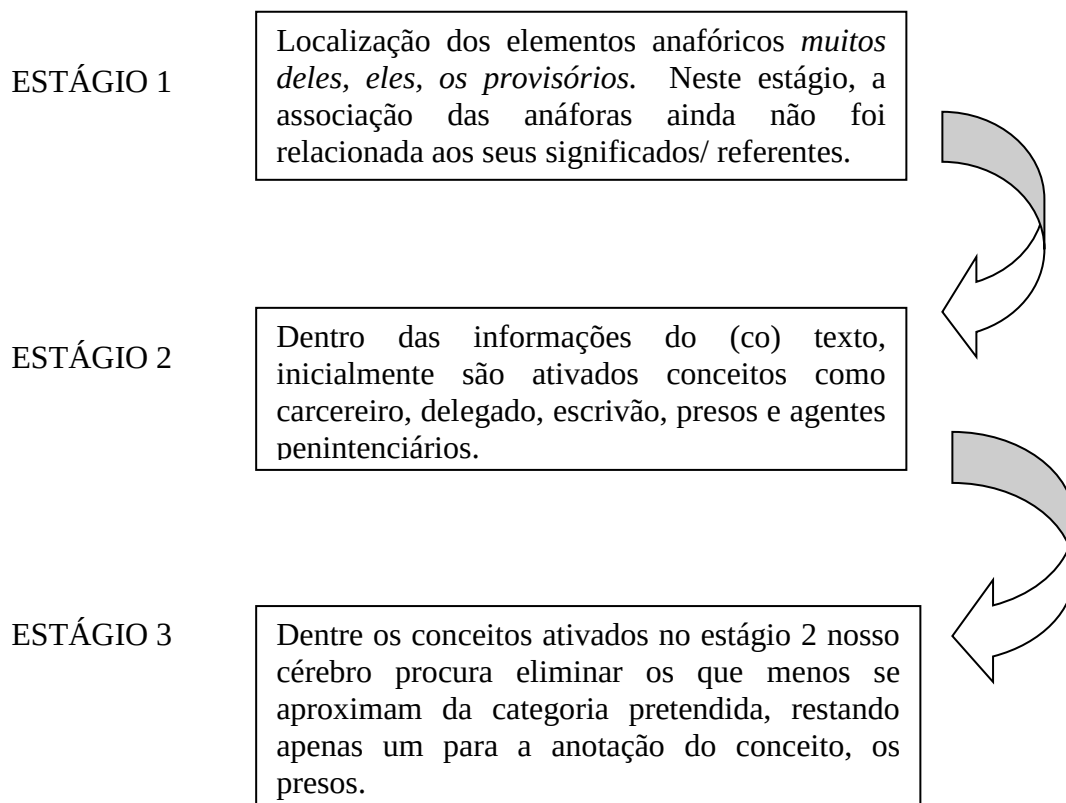
- ✓ Na natureza estruturada da experiência corporal e social;
- ✓ De nossa capacidade inata de projetar pelos mecanismos da razão certos domínios estruturados da experiência corporal e interativa para domínios de natureza abstrata.
- ✓

Para extrairmos significação das anáforas deste texto passamos pelo seguinte processo segundo Feltes (2007): ao nos depararmos com determinado texto, nossa mente ativa estruturas cognitivas, que por sua vez constituem ‘domínios’, e dentro desses ‘domínios’ os conceitos questionáveis por nós recebem sentido.

Desta forma, ao refletirmos a organização da estrutura informacional percebemos que o contexto a todo o momento nos dá pistas para localizarmos a relação de tais estruturas anafóricas. À medida que progredimos na leitura, vários conceitos passam a ser ativados como ‘possíveis’ respostas a essa relação.

Atributos destacados na *parte 2 (traços linguísticos)* são elementos catalisadores de possíveis conceitos atribuídos à noção das anáforas associativas evidenciadas na *parte 1 (anáforas associativas)*.

Em análise aos atributos do texto compreendemos a sinalização dos elementos (co) textuais pode ser compreendido resumidamente da seguinte forma:



Sabemos que na sociedade humana existe uma instituição chamada presídio onde se detêm infratores de leis. Assim sendo, já obtemos a informação de onde ocorre o fato. Os outros atributos (parte 2) são características bem marcadas.

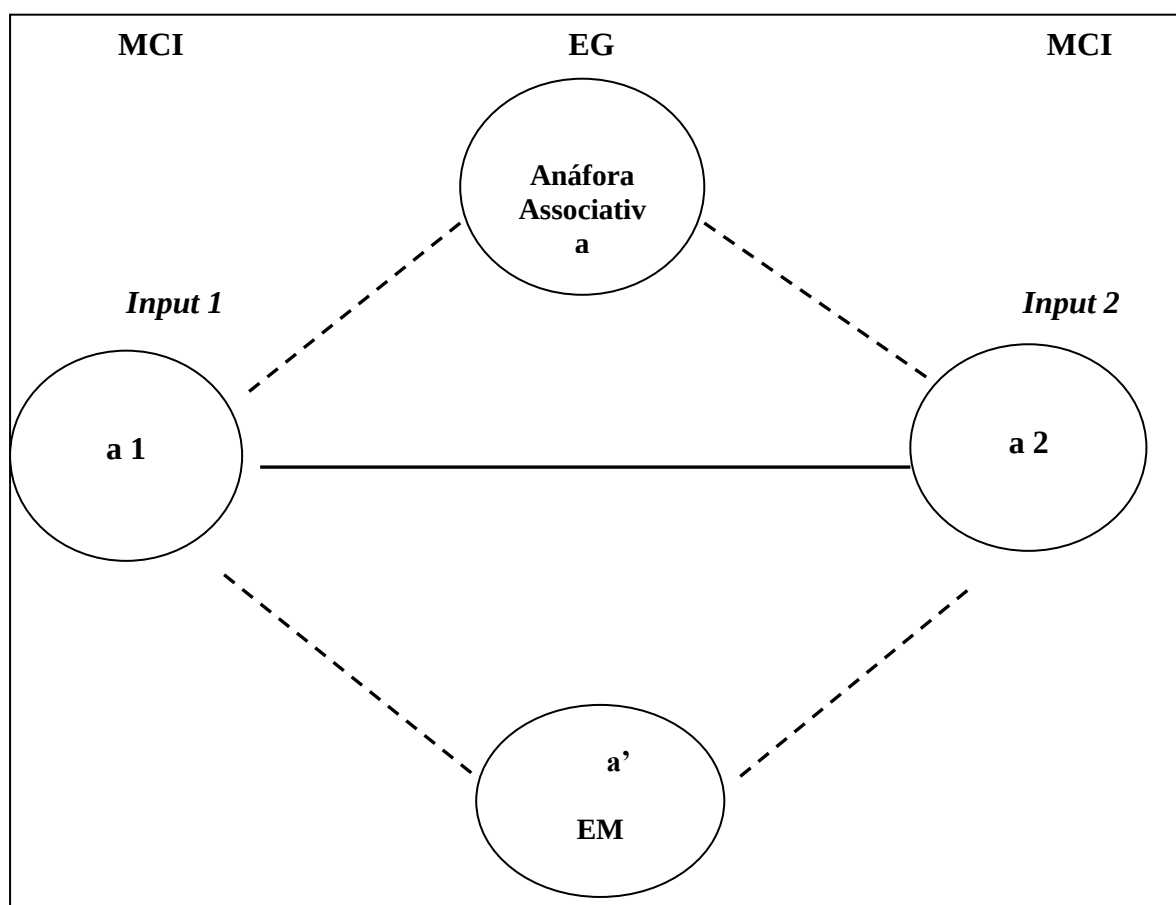
A partir deste momento passamos a realizar uma integração entre os atributos explícitos no texto a fim de localizar o objeto de discurso referido. Dessa forma, é facilmente detectado quem se encontra na situação de *‘reclamar’*, “muitos deles *reclamam* pela pequena abertura” (linha 8).

Cabe aqui ressaltar que, nessa altura interpretativa, nosso cérebro já eliminou conceitos primariamente ativados e não referentes à classe aqui exposta como, por exemplo, o capelão, o faxineiro, o cozinheiro ou ainda o escrivão, são categorias que menos se aproximam do conceito real e por esse motivo nosso cérebro as elimina durante o percurso de escolhas, ou em outras palavras, há um tipo de filtragem baseada nas informações explícitas do texto, e nesta filtragem, categorias com características mais distantes do objeto de discurso aqui referido são descartadas como podemos ver no esquema *processo de categorização por trás da cognição*.

Depois de definirmos alguns atributos referentes à classe que tentamos projetar, nosso cérebro age à busca da construção de uma categoria. No momento em que interagimos com o texto, como aqui já fora dito, diversos e diferentes conceitos são ativados, contudo, quanto mais características definidoras do objeto de discurso pretendido pelo texto retermos, maior é a ‘filtragem’ realizada em nossa mente e mais específico é o resultado obtido. Assim, temos como resultado apenas uma escolha selecionada referente a todos os modelos ativados, dando-se a categorização e a definição do conceito, que no caso destas anáforas associativas são facilmente detectadas como *os presidiários*.

De maneira mais didática, podemos compreender este processo da seguinte forma:

Esquema 7: diagrama básico de quatro espaços



Anáfora associativa: objeto de discurso

Input 1 (a1): experiências sensório-motrizes

Input 2 (a2): características do texto

a' ou EM: representa estrutura conceptual construída à medida que nos manifestamos (falando/ pensando) com propósito de comunicação. São estruturados pela associação dos *input 1* e *input 2*. Estruturas que possuem dinamicidade de acordo com o discurso, esse desdobramento só ocorre porque estão ancorados na estabilidade (local) dos MCI. Para conceptualizar o que a sentença declara nos baseamos nos *input 1* e *input 2*, constituídos através da ativação lexical e condensação dos MCIs “experiências sensório-motrizes” e “características do texto”.

Cabe ressaltar que **a'** não é constituída pela soma dos *input 1* e *input 2*, mas corresponde à combinação de representação dos espaços influentes.

Nosso cérebro é estruturado de maneira a projetar a ativação de padrões de áreas sensório-motrizes para outros níveis corticais mais altos, essas projeções permitem-nos conceptualizar os conceitos mais abstratos. Tudo isso com base em padrões inferenciais utilizados em processos sensório-motrizes que estão estreitamente ligados ao nosso corpo.

CAPÍTULO 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo nos mostrou que a linguagem cognitiva vem se voltando cada vez mais para o estudo das atividades cognitivas. Segundo Marcuschi (2000) isso não deveria nos surpreender, pois num certo sentido a linguagem caracteriza-se como uma forma de cognição.

Neste trabalho vimos que o caminho percorrido pelo nosso cérebro, em sua maioria por meio de inferências, para que possamos compreender as atividades discursivas anafóricas. Este tipo de atividade está envolvida na dimensão cognitiva porque trata-se de ações conjuntas, coletivas, que dependem do entorno extralinguístico para que possam ser processadas.

Tal reflexão nos permitiu observar que a construção de sentido de uma estrutura anafórica depende não só de elementos (co) textuais e contextuais, mas considera também aspectos como memória, processos categoriais, associações, inferências, dentre outros. No percurso desta análise vimos que o último aspecto aqui citado- inferência- recebe destaque, contudo, cabe aqui colocar que este aspecto não é uma atividade meramente cognitiva, pois há sempre um modelo social/cultural por trás do processo de compreensão, o que nos leva de certa forma à questão da experiência corpórea defendida por Feltes (2007). Segundo ela, não só a questão da compreensão de determinadas estruturas (como as anafóricas), mas também a base de nossos Modelos Cognitivos e Modelos Culturais estão fundamentados no experiencialismo cognitivo, pois o significado do todo pode depender, por exemplo, de nossa percepção, de nosso conhecimento de mundo ou de nossa maneira de ver o mundo (ponto de vista e propósitos), pois “ a significatividade deriva da experiência” (LAKOFF, 1987, p. 292).

Para investigação de como se dá a compreensão dos falantes em relação à anáfora associativa em textos construídos na esfera/ contexto jornalístico?; Quais fenômenos são responsáveis por nossas interpretações conceituais, ou seja, como sabemos a que é que um falante se refere em dado momento do texto se não explicita linguisticamente o referente?; Há algum tipo de atividade diretamente responsável por essas ações? Propomos a integração

entre duas vertentes, a Linguística de Texto e Linguística Cognitiva. Para isso, consideramos a concepção de autores como Apothéloz e Reichler-Béguelin (1999), Cavalcante (2000), Kleiber (1994), Koch (2003), Lakoff (1987), Leite (2004), Marcuschi (2000) entre outros.

Utilizamos como suporte a Teoria dos Modelos Cognitivos Idealizados, processos de categorização, Espaços Mentais e os pressupostos que norteiam concepções anafóricas de modo geral. Acreditamos que o julgamento de sentido de determinada estrutura anafórica é uma atividade que implica interpretações subjetivas a respeito das anáforas em questão, em outras palavras, o processo de compreensão de uma anáfora associativa está intrinsecamente ligado à negociações de sentido realizadas no discurso.

Temos como pretensão contribuir na construção de saberes necessários para dinâmica discursiva em processos de interpretação, ressaltando não só a importância das anáforas associativas como mecanismo coesivo, mas também como processo de elaboração textual, interferindo diretamente na condução e manutenção da linha argumentativa do discurso.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, A. **Anáforas indiretas: uma rediscussão dos critérios classificatórios**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2009.

APOTHÉLOZ, D. **Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual**. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Orgs.). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003, p. 53-84.

APOTHÉLOZ, D. REICHLER-BEGUELIN, M-J. **Construction de la reference et stratégies de désignation**. Institute de Linguistique de l'Université de Neuchâtel, 1995.

_____. **Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora**. *Journal of Pragmatics*, 1999, 31. p. 363-97.

BERRENDONNER, A. **Anaphore Associative et méréologie**. Recherches sur la philosophie et le langage, 1994, p. 81-98.

BEAUGRANDE, R.; DRESSLER, W. U. **Introduction to text linguistics**. Londres, New York: Longman, 1981.

BONNER, W. **Jornal nacional**. Rio de Janeiro, janeiro de 2009 a de janeiro de 2010. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-nacional/>. Acesso em: 21 de janeiro de 2010.

CHAGAS, E.C. **A anáfara direta: um elemento de processamento referencial no texto falado**. In: Anais do V Congresso de Letras da UERJ. Rio de Janeiro, 2007.

CHAROLLES, M. **Anaphore associative, stéréotype et discours**. In: Schnedecker, Catherine et al. (eds.) *L'anaphore associative, Aspects Linguistiques, Psycholinguistiques et Automatiques*. Paris, 1994.

_____. **Associative Anaphora and Its Interpretation.** Journal of Pragmatics. Paris, 1999.

CLARK, H.H. **Using Language.** Cambridge: CUP, 1996.

CAVALCANTE, M. M. . **Expressões indiciais em contextos de uso - por uma caracterização dos dêiticos discursivos.** Teses e Dissertações - Grupo Protexto - v I. 1 ed. Fortaleza: Protexto - UFC, 2005, v. 1, p. 200-405.

FAUCONNIER, G. e TURNER, M. **Blending as a central process of grammar.** In Conceptual Structure, Discourse and Language. Ed. By Adele Goldberg. Stanford: CSLI. Distributed by Cambridge University Press. 1994, p. 113-129.

FÁVERO, L.; KOCH, I. **Linguística Textual: Introdução.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FELTES, H. P. M. **A semântica cognitiva prototípica de George Lakoff.** Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 27, n. 3. p. 49-71, 1992.

_____. **Semântica cognitiva: ilhas, pontes e teias.** Porto Alegre: Edipucrs, 2007.

FILLMORE, J. The need for a frame semantics in linguistics. In: KARLIGREN, H (ed.). **Statistical Methods in Linguistics**, n. 12, 1977, p. 5-29.

HALLIDAY, M. e HANSEN, R. **Cohesion in English.** Londres, 1976.

JOHNSON, M. e LAKOFF, G. **Why cognitive linguistics requires embodied realism.** Cognitives linguistics 13-3, 2002, p. 245- 263.

ROCHA, P. **Jornal da Paraíba.** 2º edição, ano de 2009 e de janeiro de 2010. *Disponível em: <http://g1.globo.com/pb/paraiba/jpb-2edicao/videos/>.* Acesso em novembro de 2009.

LAKOFF, G. **Experiential factors in linguistics.** In: SIMON, T.; SCHOLLES R. (eds.). Language, mind, and brain. Hillsdale, N. J.: Lawrence Erlbaum, 1982, p. 142-157.

LANGACKER, R. **Foundations of cognitive grammar**. vol. I: Theoretical prerequisites. Stanford CA: Stanford University Press, 1987.

LEITE, J.E.R. **A construção pública do conhecimento: linguagem e interação na integração social**. 247f. (Doutorado em linguística). Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

LIMA, G.A.B. **Categorização como um processo cognitivo**. Ciência e Cognição, Minas Gerais, 2007. Disponível em <<http://www.cienciasecognicao.org>>. Acesso em: 27 de abr. 2010.

KLEIBER, G. **Anaphores et Pronoms**. Belgique: Duculot- Champs Linguistiques, 1994.

KOCH, I.G.V; CUNHA, L. **Do cognitivismo ao sociocognitivismo**. In: MUSSALIM, F. e BENTES, A.C. Introdução à linguística: Fundamentos epistemológicos. São Paulo: Cortez, 2005.

KOCH, I. G. V. **Referenciação: construção discursiva**. Ensaio apresentado em concurso para professor Titular em Análise do Discurso no IEL/UNICAMP, Dez, 1999.

_____; **O texto e a construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 1998.

KOCH, I. V. **O texto e a construção do sentido**. São Paulo, 1997.

_____; MARCUSCHI, L. A. **Processos de referenciação na produção discursiva**. D.E.L.T.A., v. 14, Número Especial, p. 169-190, 1998.

MARCUSCHI, L. A. **Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras**. In: ENCONTRO DO CELSUL. Curitiba, 2000.

_____. Atividades de referenciação, inferenciação e categorização na produção de sentido. In FELTES, H.P.M. (Org.) **Produção de sentido**. Estudos transdisciplinares. São Paulo: Annablume; Porto Alegre: Nova Prova; Caxias do Sul: Educus, 2003.

MILNER.J.C. **Ordres et raison de la langue**. Paris: Sevil, 1982.

MIRANDA, N. S. **A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores**. Tese (Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, 2000.

MONDADA, L.; DUBOIS, D. **Construction des objets de discours et catégorisation: une approche des processus de référenciation**. Paris, 1995.

_____. **Construção dos objetos de discurso e categorização: Uma abordagem dos processos de referenciação**. In: CAVALCANTE, M. M. RODRIGUES, B. B; CIULLA, A (orgs). Referenciação. São Paulo: Contexto, 2003.

_____. **Destion du topic et organization de la conversation**. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas, 2001.

MUSSALIM, F. **Análise do Discurso**. São Paulo, 2001.

OTHERO, G. A., HAAG, C. R. **O processamento anafórico: um experimento sobre a resolução de ambiguidades em anáforas pronominais**. Linguagem em (Dis)curso v. 4, 2003.

PALOMARES, R. E MARTELLOTA, M. **Linguística Cognitiva**. In: Manual de linguística. São Paulo, 2008.

PIEDADE, M.A.R. **Introdução à Teoria da Classificação**. Rio de Janeiro: Interciência, 1983.

ROSCH, E. **Cognitive representations of semantic categories**. Journal of Experimental Psychology: General, 104, 192-233, 1975.

_____. **Principles of categorization.** In: ROSCH, E.; LLOYD, B. (eds) *Cognition and Categorization*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1978.

SALOMÃO, M. M. **A questão da construção de sentidos e a revisão da agenda dos estudos da linguagem.** *Veredas*, Juiz de Fora, v. 3, n. 1, 1999, p. 61-79.

_____. **Gramática e Interação: o enquadre programático da hipótese sócio-cognitiva da linguagem.** *Veredas*. UFJF. Vol. 1, no. 1, 1997. p.23-39.

SAMPAIO, M. O. **Linguística textual x produção de texto na escola? Uma combinação possível?**, 2009. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/cluerjsg/anais/v/completos>>. Acesso em: 10 de jun. 2010.

SAUSSURE, F.. **Cours de Linguistique Générale.** Publicado por Charles BALLY e Albert SECHEHAYE, Lausanne-Paris: Payot, 1916.

SCHWARZ, M. **Indirekte Anaphern in Texten.** Tübingen: Niemeyer, 2000.

SILVA, A. **A leitura e compreensão da anáfora conceitual.** 163 f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2004.

_____. **A Linguística Cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em Linguística.** *Revista Portuguesa de Humanidades* 1, 1997, p.59-101.

TALMY, L. **Force dynamics in language and cognition.** *Cognitive Science* 12.1988, p.49-100.

TRAVAGLIA, L.C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus.** 8 ed. São Paulo: Coretez, 2002.

VARELA, F.; THOMPSON, E.; ROSCH, E. **A mente incorporada: ciências cognitivas e experiência humana**. Trad. Maria Rita Secco Hofmeister. Porto Alegre: Artmed, 2003.

VIEIRA, R. **Processamento computacional de anáfora e correferência**. Belo Horizonte, 2002.

VIEIRA, R.; SALMON-ALT, S; SCHANG, E. (2002) “**Multilingual corpora annotation for processing definite descriptions**”. In: Proceedings of the Poortal: Faro, 2002.

ZAMPONI, G. **Processos de referenciação: anáforas associativas e nominalizações**. 273 f. Tese (Doutorado em Linguística). Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2003.

ANEXO A - Normas para a transcrição

EXEMPLO	SINAL	DESCRIÇÃO
com MAIs de 30 anos	Maiúscula	Ênfase na sílaba
com uma menina de /doze	/	Interrupções bruscas na fala
Com ele, três adolescentes ...	...	pequena pausa
((R vai até o túnel))	(())	descrição dos movimentos físicos
para as CPIs [da pedofilia]	[]	Acréscimo de informações do analista
R= Foi presa	R= P= M=	Repórter, preso e manifestante